



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIELLE DUARTE CARVALHO

**EDUCAÇÃO, ARTE E INCLUSÃO:
AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO ARTÍSTICO E
PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

**DOURADOS – MS
2017**

MARIELLE DUARTE CARVALHO

**EDUCAÇÃO, ARTE E INCLUSÃO:
AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO ARTÍSTICO E
PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação Prof. Dr. Reinaldo dos Santos
Bolsa: CAPES/FUNDECT.

**DOURADOS – MS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C331e Carvalho, Marielle Duarte.
Educação, Arte e Inclusão: audiodescrição como recurso artístico e pedagógico para a inclusão das pessoas com deficiência / Marielle Duarte Carvalho -- Dourados: UFGD, 2017.
137f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Deficiente auditivo. 4. Tecnologia da informação. 5. Televisão. 6. Legenda. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitida a publicação parcial, desde que citada a fonte.

MARIELLE DUARTE CARVALHO

**EDUCAÇÃO, ARTE E INCLUSÃO:
AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO ARTÍSTICO E
PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

Dissertação avaliada pela Comissão Julgadora em 06/06/2017

Prof. Dr. Reinaldo dos Santos- UFGD
(Orientador)

Profa. Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno- UFGD
(Examinadora)

Profa. Dra. Eliana Lucia Ferreira- UFJF
(Examinadora)

**DOURADOS – MS
2017**

*Dedico esse trabalho a minha família, que
me proporcionou uma sobrevivida.*

*Quem vence a si mesmo, vence duas
vezes...*
(Públio Siro)

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos a todas as pessoas que me rejeitaram e me disseram não, pois eles me deram mais forças e foco para transcender.

Aos meus pais, que me deram uma sobrevida nesse universo.

Aos meus amigos, em especial, meu amigo irmão Luciano Serafim, que sempre esteve ao meu lado em cada vitória e derrota e sempre me ajudou e incentivou com suas atitudes e palavras.

A minha irmã e prima, Kelly Rojas de Moraes que sempre esteve presente nos momentos que mais precisei e sempre acreditou no meu melhor.

Aos meus amigos, Ednaldo de Souza Rocha, Mary Beatriz Reis, Willerson Cordeiro Fajardo, Vanessa de Oliveira Dantas e Sidinéia Marques Barbosa que sempre acreditaram no meu potencial e me emprestaram seus ombros amigos nos momentos de desespero e angústia.

Aos amigos, Ronaldo Yuji Ueno Anami e Andressa Silva Cavalcante por terem ficado ao meu lado em muitas madrugadas de estudo.

Às diretoras, da Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé,: Marisa Pereira dos Santos e Fátima Monteiro, que sempre acreditaram no meu potencial e colaboraram de forma proativa com essa pesquisa.

Aos meus amigos do Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (GEPETIC):

- Mariana Dézinho, por ter compartilhado seus conhecimentos comigo, sempre sendo muito proativa nos momentos dificuldades.

- Grazielly Vilhalva Silva do Nascimento, pelo apoio e partilha de sua sabedoria.

- Juliana Lima, por sempre me ouvir e me apoiar nos momentos de dificuldade.

- Vanessa Casotti, por ser uma amiga incondicional, me emprestou seu ombro amigo nos momentos de conflitos e me apoiou quando eu mais precisava.

- Jaqueline Vieira, pelo ombro amigo e apoio nos momentos de dificuldade e aprendizado.

- Emerson Brandão, pelas trocas de experiências.

- Ricardo Nascimento, pelos bons papos e trocas de conhecimento.

Aos meus irmãos companheiros de caminhada, Joice Kochi, Eglem Passone, Lucas Sayão, Luana Ayala, Fanny Valdez e Aline Holanda, do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, que me ajudaram a crescer como pessoa e pesquisadora.

Ao meu orientador, professor Dr. Reinaldo dos Santos, que me motivou a ser o meu melhor sempre e nunca subir a montanha sem contemplar a paisagem.

As professoras Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno, Dra. Eliana Lucia Ferreira e Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira que teceram contribuições valiosas para esse trabalho sempre de forma muito gentil e carinhosa.

Aos meus alunos e ex-alunos, que sempre me inspiraram a ser melhor a cada dia...

À CAPES/FUNDECT, pela concessão de bolsa, tornando possível a concretude desta pesquisa.

A todas as outras pessoas que participaram de forma direta ou indiretamente nesta minha caminhada.

A todos, meu Muito obrigada!

CARVALHO, Marielle Duarte. *Educação Arte e Inclusão: audiodescrição como recurso artístico e pedagógico para a inclusão das pessoas com deficiência*. Dissertação de mestrado em Educação. Dourados, MS: UFGD, 2017.

RESUMO

As escolas possuem uma demanda significativa de alunos com algum tipo de deficiência e a audiodescrição pode contribuir de forma significativa no processo de ensino aprendizagem desses alunos, como recurso comunicacional e de acessibilidade. A pesquisa teve como objetivo propor tecnologia social por meio de produtos técnico-pedagógicos para contribuir com a preparação dos sujeitos na recepção de eventos didáticos e artísticos mediados pela audiodescrição, buscando promover a autonomia comunicacional das pessoas com deficiência. Na execução da pesquisa, aplicamos a abordagem qualitativa e quantitativa numa perspectiva interdisciplinar entre Educação e Arte, com abordagens teóricas fundamentadas em autores que dialogam sobre a importância da comunicação e das tecnologias para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, como Bobbio com o conceito de comunicação e Claus Mueller com o conceito de comunicação bloqueada, além de outros autores temáticos que abordam a audiodescrição. Os procedimentos metodológicos envolvem: pesquisa bibliográfica, com leituras e sistematização de obras teóricas, metodológicas e temáticas sobre educação, inclusão, arte, deficiência visual e audiodescrição; pesquisa documental, sobre diretrizes pedagógicas e legislação sobre a relação educação, arte e deficiência, bem como audiodescrição; e ação pedagógica, com diagnóstico, elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Plano de Intervenção Pedagógica. Os resultados indicam que os professores da sala de aula comum desconhecem o recurso da audiodescrição e os professores da sala de recurso, alguns já ouviram falar, mas não sabem do que se trata, o que evidencia um distanciamento entre professores da sala de aula comum e os professores de atendimento educacional especializado. Assim, a pesquisa espera contribuir de forma significativa nas transformações socioculturais do pensamento pedagógico, tanto em relação ao universo imagético, artístico e cultural quanto na compreensão das necessidades específicas de pessoas que aprendem o mundo por caminhos distintos dos demais.

Palavras-chave: Educação, Arte, Inclusão, Deficiente Visual; áudio-descrição.

CARVALHO, Marielle Duarte. *Education, Art and Inclusion: audiodescription as an artistic and pedagogical resource for the inclusion of people with disabilities*. Master's Dissertation in Education. Dourados, MS: UFGD, 2017.

ABSTRACT

Schools have a significant demand for students with some type of disability and audiodescription can contribute significantly to the learning process of these students as a communication and accessibility resource. The research aimed to propose social technology through technical-pedagogical products to contribute to the preparation of subjects in the reception of didactic and artistic events mediated by audiodescription, seeking to promote the communication autonomy of people with disabilities. In the execution of the research, we apply the qualitative and quantitative approach in an interdisciplinary perspective between Education and Art, with theoretical approaches based on authors who talk about the importance of communication and technologies for guaranteeing the rights of people with disabilities, such as Bobbio with the concept of communication and Claus Mueller with the concept of blocked communication, besides other thematic authors that approach the audio description. The methodological procedures involve: bibliographical research, with readings and systematization of theoretical, methodological and thematic works on education, inclusion, art, visual impairment and audiodescription; documentary research, pedagogical guidelines and legislation on the relationship education, art and disability, as well as audiodescription; and pedagogical action, with diagnosis, elaboration, development and evaluation of a Pedagogical Intervention Plan. The results indicate that teachers in the common classroom are unaware of the resource of the audio description and the teachers of the resource room, some have already heard, but they do not know what it is, which shows a distance between teachers of the common classroom and the teachers of specialized educational service. Thus, the research hopes to contribute significantly to the sociocultural transformations of pedagogical thinking, both in relation to the imaginary, artistic and cultural universe, as well as in the understanding of the specific needs of people who learn the world through paths different from the others.

Key Word: Education; Art; Inclusion; Visual Impairment; Audio-description.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AD – Audiodescrição

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ANPED – Associação Nacional de Pós- graduação e Pesquisa em Educação

AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CIDID – Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

CC – Closed Caption

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

DV – Deficiente Visual

DR – Doutor

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBCv – Instituto Benjamin Constant

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

N – Número

NEE's – Alunos com necessidades educacionais especiais

NUESP – Núcleo de Educação Especial de Dourados

OMS – Organização Mundial de Saúde

TV – Televisão

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNISO – Universidade de Sorocaba

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Ilustração reprodução charge. Audiodescrição sendo feita por uma cabine.....	31
Figura 2- Aviso recurso da audiodescrição no SBT.....	51
Figura 3- Aviso recurso da audiodescrição na TV GLOBO.....	52
Figura 4- Aviso recurso da audiodescrição na TV RECORD.....	53
Figura 5- Desenho explicativo do Sistema de computação.....	64
Figura 6- Ilustração reprodução charge. Conhecendo a escola com a audiodescrição.....	77
Figura 7- Cartaz do espetáculo teatral: o sono entristecido da lua pantaneira.....	80
Figura 8- Cartaz da I mostra cultural ouvir e tocar.....	81
Figura 9- Etapas da pesquisa.....	88
Figura 10- Pesquisa bibliográfica.....	93
Figura 11- Captura da página principal do site do Ministério das Comunicações.....	95
Figura 12- Captura da página principal do site da ANATEL.....	95
Figura 13- Ficha roteiro audiodescrição.....	103
Figura 14- Guia de instruções da ficha roteiro de audiodescrição	104
Figura 15- Ficha roteiro audiodescrição 1.....	107
Figura 16- Ficha roteiro audiodescrição 2.....	109
Figura 17- Ficha roteiro audiodescrição 3.....	111
Figura 18- Ficha roteiro audiodescrição 4.....	113
Figura 19- Ficha roteiro audiodescrição 5.....	115
Figura 20- Ficha roteiro audiodescrição 6.....	117
Figura 21- Ficha plano de aula com audiodescrição.....	118

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Porcentagem de professores que participaram da aplicação do questionário.....	100
--	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Grupos de como pode ser feita a audiodescrição.....	27
Quadro 2- Organizações premiadas.....	35
Quadro 3- Bibliotecas e livrarias.....	38
Quadro 4- Resultados do levantamento bibliográfico.....	39
Quadro 5- Relação dos trabalhos sobre audiodescrição.....	41
Quadro 6- <i>Sites</i> sobre audiodescrição.....	46
Quadro 7- Ficha da programação das emissoras de televisão.....	48
Quadro 8- Programas com audiodescrição.....	48
Quadro 9- Prazos da implementação da audiodescrição na TV.....	50
Quadro 10- Síntese com as Leis sobre audiodescrição televisão.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. AUDIODESCRIÇÃO: IMAGENS TRADUZIDAS EM PALAVRAS	24
1.1 Conceito.....	26
1.2 Quem faz a audiodescrição.....	29
1.3 Histórico da audiodescrição no mundo e seus primeiros passos no Brasil....	32
1.4 Audiodescrição e seu Estado da Arte.....	37
1.5 Audiodescrição e a legislação.....	53
2. AUDIODESCRIÇÃO, EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE	62
2.1 Audiodescrição: uma tecnologia assistiva.....	62
2.2 Audiodescrição na Educação.....	68
2.3 Audiodescrição em Mato Grosso do Sul: trilhando caminhos para a escola..	79
3. AUDIODESCRIÇÃO: CAMINHOS METODOLÓGICOS	86
3.1 Procedimentos metodológicos.....	87
Pesquisa Bibliográfica	92
Pesquisa documental	94
Criação e aplicação do questionário.....	96
Elaboração da atividade didática.....	101
Teste da atividade didática.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
EVENTUAIS ANEXOS E APÊNDICES	129

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com uma quantidade significativa de pessoas com algum tipo de deficiência. Portanto, diferentemente do que algumas pessoas pensam, falar de deficiência/inclusão já não é falar de um universo tão pequeno, e por isso, é necessário criarmos e buscarmos mecanismos/recursos aptos a minimizar as várias barreiras criadas pela sociedade, procurando oportunizar e dar condições a todos de uma forma mais “igualitária”.

Pensando nisso, o tema central desse trabalho vai muito além de apresentar a audiodescrição como recurso artístico e pedagógico. Primeiramente porque ficou comprovado que esse recurso é totalmente desconhecido na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul. Em segundo lugar, porque foi necessário fazermos um levantamento de tudo que envolvia o nosso objeto de pesquisa (audiodescrição).

Delimitar os objetivos e metodologia não foi tarefa fácil, visto que essa pesquisa é de natureza interdisciplinar e envolveu levantamentos com temas variados e abordados por diferentes disciplinas (audiodescrição, arte, deficiência visual, educação, entre outros), que colaboraram de forma significativa nas discussões sobre audiodescrição, tecnologia assistiva, inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência, audiodescrição nas escolas, entre outros.

Minha experiência com a audiodescrição teve início em 2013, logo após minha formação em Artes Cênicas/UFGD, depois que comecei a ministrar aulas de arte nas escolas Estaduais da cidade de Dourados/MS. Na prática docente e em contato com alunos cegos e normovisuais, notei a necessidade de recursos para tentar diminuir as barreiras existentes entre os alunos, pois precisava ensinar de forma a contemplar todos “igualmente”, quebrando assim as diversas barreiras encontradas no ambiente escolar/sala de aula. Foi então que descobri a audiodescrição, um recurso que desconhecia, o que ocasionou em um árduo estudo para conseguir utilizá-lo em sala de aula e nessa perspectiva, lanço-me a estudar e entender a audiodescrição (AD). Quando ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação pretendia

pesquisar a audiodescrição no teatro, no entanto, notei que boa parte dos meus colegas de trabalho desconheciam o recurso, o que me fez refletir sobre a necessidade de oferecer um curso para os professores da rede que atuam com alunos cegos e com baixa visão a desenvolverem em suas aulas materiais pedagógicos com recurso.

Ao longo da história, as pessoas com deficiência viveram socialmente uma vida repleta de exclusão e marginalidade, sendo excluídos até mesmo por seus familiares. Não se pode olvidar que durante muito tempo eram mortos e abandonados como acontece ainda nos dias atuais em algumas tribos indígenas no Brasil. Assim, a saga das pessoas com deficiência é marcada por muito preconceito e por muitas lutas em busca de igualdade e direitos. Com isso, aos poucos a inclusão das pessoas com deficiência foi ganhando espaço em debates e eventos nacionais e internacionais e conseqüentemente, presente cada vez mais na legislação.

De acordo com os dados do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), há 35,8 milhões de pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

Dentre esse contingente, muitos estão em idade escolar. A inclusão escolar e o direito da pessoa com deficiência (ir e vir; educação; saúde; trabalho; cultura; esporte e lazer), é respaldada por uma robusta legislação, e tem sido uma das metas do Governo Federal desde a Constituição de 1988 e explicitada na LDB em 1996 (BRASIL, 1996). Na Convenção da ONU de 2006 (BRASIL, 2007), esses propósitos ficaram consolidados com validade no Brasil com *status* de emenda constitucional.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar é lei e, acima de tudo, é um respeito à diversidade do ser humano, ocorre com o apoio de diversos recursos, entre eles os assistivos que permitem o acesso dos alunos aos espaços escolares e possibilita a realização das atividades de um modo mais amplo e eficiente.

Por esse motivo é necessário investigar o recurso tecnológico denominado audiodescrição que apesar de ser um recurso desenvolvido desde os anos de 1980 nos Estados Unidos, ainda dá seus primeiros passos no Brasil.

Nesse contexto, Franco e Motta certificam que a AD foi introduzida no Brasil com a função de tornar os eventos artísticos (teatro, dança, música, museus) mais acessíveis às pessoas com deficiência visual. Verificamos que hoje vem sendo utilizado de uma forma mais ampla (congressos, palestras, desfiles de Escolas de Samba de São Paulo e do Rio de Janeiro), porém ainda está longe de ser o ideal, o que justifica a necessidade de mais estudos que prezem por investigar e divulgar esse recurso em diversas áreas, buscando uma maior utilização em todos os campos da sociedade.

A audiodescrição tem por finalidade transformar informação visual em informação sonora. Pode ser gravado ou feito face a face, e é destinado a pessoas cegas ou com baixa visão, mas não somente a esse público, como explica estudiosa Livia Motta:

A audiodescrição amplia, assim, o entendimento não somente das pessoas com deficiência visual, como também de pessoas com deficiência intelectual, pessoas com dislexia e pessoas idosas. Ou seja, uma plena participação dos diferentes públicos: que todos possam apreciar as artes e a cultura, com a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais (2010, p. 58).

O principal objetivo da AD é ampliar o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais (peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles, espetáculos de dança), turísticos (passeios, visitas), esportivos (jogos, lutas, competições), acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas, feiras de ciências, experimentos científicos, histórias) e outros, por meio de informação sonora. De acordo com Farias (2013, p. 15):

A audiodescrição é a descrição acústica de imagens de produtos educativos e culturais que se valem, em grande parte, da narrativa visual (filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, ópera, fotografia, pintura, escultura, entre outros) para o público deficiente visual. Esse processo de áudio incluído numa obra visual/audiovisual permite a esse público ter acesso às informações visuais e, dentro de suas possibilidades, adquirir um conteúdo mais abrangente.

Surgiu pela primeira vez formalmente descrita na tese de Gregory Frazier, apresentada na Universidade de São Francisco em 1975. No entanto,

somente na década de 80 essa técnica foi testada, e isso ocorreu após uma série de estudos e os resultados dessas experiências fizeram com que a audiodescrição se desenvolvesse em teatros, museus e cinemas dos Estados Unidos.

Esse recurso foi utilizado pela primeira vez no Brasil em 1999 na cidade de Campinas, pelo Centro Cultural Louis Braille, porém só tomou impulso em 2003, depois do Festival Internacional de Cinema “Assim Vivemos”, que trata sobre pessoas com deficiência, todos os filmes do festival têm acessibilidade para as pessoas com deficiência visual e auditiva.

Destacamos que muitos filmes que passam na TV aberta têm o recurso da AD. No entanto, um longo caminho tem sido traçado rumo à obrigatoriedade da audiodescrição na televisão brasileira.

A Lei nº 10.098, conhecida como a Lei da Acessibilidade, sancionada em dezembro de 2000, regulamenta a obrigatoriedade da audiodescrição no nosso país, no entanto ela só faz menção a essa obrigatoriedade nos meios de comunicação, principalmente na televisão. Cabe frisar que a Lei 10.098 só foi realmente regulamentada depois de quatro anos pelo Decreto 5.296. O artigo 52 desse decreto determinou a adaptação dos aparelhos televisores de modo a poderem ser usados por pessoas com deficiência. Já o artigo 53 atribui à Anatel a competência para regulamentar as questões referentes a acessibilidade na programação veiculada pelas emissoras de televisão (*closed caption* ou legenda oculta, audiodescrição e janela para o intérprete de libras).

Conforme alguns estudiosos (FARIAS, 2013; FRANCO, 2014; MOTTA, 2010), são três as funções dentro da audiodescrição:

- O audiodescritor narrador;
- O audiodescritor roteirista;
- O audiodescritor consultor, preferencialmente é uma pessoa com deficiência visual e que tenha conhecimento sobre a audiodescrição.

Esses mesmos estudiosos afirmam que a audiodescrição se divide em algumas áreas, e as duas mais difundidas e praticadas no Brasil são: a artística e a de eventos.

- Artística: principalmente em espetáculos e obras de arte;
- Eventos: descreve palestras e eventos científicos;

- Técnica: descreve objetos e coisas;
- Social: descreve situações;

Esta pesquisa trabalhará com a audiodescrição técnica e social pela capacidade de autonomia, porque elas podem ser aplicadas a descrição de imagens estáticas.

Ressaltamos que a relação da arte com esse trabalho se dá exatamente pela percepção estética, cênica e narrativa.

Desse modo, no aspecto técnico a audiodescrição não é considerada uma arte. No entanto, no aspecto de elaboração (roteiro, cênico e narrativo), ela é considerada arte.

É certo que as contribuições da AD para escola são inúmeras: abre possibilidades maiores de acesso à cultura e informação; contribui para a inclusão social, cultural e escolar.

Para Benjamin (2008) por meio dos estímulos sonoros a pessoa com deficiência visual compreende melhor o que está acontecendo à sua volta, aprimora cada vez mais suas relações, ou seja, em casa, no trabalho, na escola, faculdade, entre outros. Com a ajuda da audiodescrição, do tradutor (audiodescritor), a pessoa com deficiência visual melhora seus conhecimentos e sua formação:

Convém destacar que as escolas possuem uma demanda significativa de alunos com algum tipo de deficiência e que a audiodescrição irá contribuir enquanto recurso comunicacional, visando o processo de aprendizagem e as relações interpessoais no contexto escolar.

É importante acrescentar, que o próprio professor nas escolas pode utilizar o recurso da AD na sala de aula com seus alunos e desta forma, enriquecer suas aulas e descrever o universo imagético presente em sala de aula com ilustrações nos livros didáticos, livros de histórias, gráficos, mapas, vídeos, fotografias, desenhos, peças de teatro, passeios, filmes, entre outros. Para utilizar a AD em sala de aula ele não precisará de qualquer equipamento, basta simplesmente que ele verbalize aquilo que é visual para seus alunos.

De acordo com Motta (2008), a AD na sala de aula irá contribuir para a aprendizagem de todos os alunos, uma vez que “todos se beneficiam com o

recurso, tanto aqueles que escutam como aqueles que fazem a audiodescrição, pois além do senso de observação, há uma ampliação do repertório e fluência verbais”. O uso da audiodescrição na escola permite a equiparação de oportunidades, o acesso ao mundo das imagens e a eliminação de barreiras comunicacionais.

Apesar de haver alguns artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses que abordam os benefícios da AD na escola, não encontramos em nenhum banco de dados brasileiro pesquisas que tivessem realmente experimentado/divulgado a AD no ambiente escolar.

A maioria dos trabalhos analisados teve como foco a audiodescrição no cinema e na televisão, audiodescrição como tradução intersemiótica e audiodescrição no teatro e na dança.

Destacamos o trabalho de conclusão de curso apresentado no I Curso de Especialização em audiodescrição realizado pela Universidade de Juiz de Fora/UFJF, no qual a autora Maria Cândida da Silva Abes, desenvolveu uma pesquisa-ação/curso de capacitação no Núcleo de apoio pedagógico do CAP/DV, e destaca em seu TCC que os profissionais que trabalhavam na instituição e alguns professores desconheciam ou conheciam pouco sobre a audiodescrição. O curso de capacitação *Introdução à audiodescrição* contou com a presença de trinta participantes foi oferecido na modalidade presencial e teve apoio da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul/SED e teve a carga horária de 20, no período de 15 a 19 de junho de 2015, com aulas diárias das 7h30m às 11h30m.

Seus participantes contaram com uma diversidade de professores de várias áreas: 08 formados em Pedagogia; 04 em Química; 01 em História; 02 em Matemática; 01 acadêmico em Letras; 01 em Artes Visuais; 03 em Educação Física; 01 Bibliotecário; 02 em Língua Portuguesa; 02 em Psicologia; 01 em Artes Plásticas; 01 Tecnólogo em Rede de Computadores; 02 Diretores e 01 Coordenador do Centro.

Esses estudos sobre a audiodescrição nortearam esta pesquisa por abordarem: audiodescrição; história da audiodescrição; fundamentos da audiodescrição e o papel do audiodescritor, entre outros.

Este trabalho teve como objetivo geral propor tecnologia social por meio de produtos técnico-pedagógicos para contribuir com a preparação dos sujeitos

na recepção de eventos didáticos e artísticos mediados pela audiodescrição, buscando promover a autonomia comunicacional das pessoas com deficiência.

Como objetivos específicos, buscamos dimensionar a presença, ocorrência e qualidade de audiodescrição para deficientes visuais na recepção de materiais didáticos e espetáculos artísticos para o público estudantil na cidade de Dourados-MS; elaborar e desenvolver ações e materiais pedagógicos para preparação de pessoas cegas e com deficiência visual na recepção com autonomia comunicacional de conteúdos artístico-pedagógicos.

Para realizar tais objetivos foram adotados diferentes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de mídias; criação e aplicação dos questionários; elaboração da atividade didática e teste da atividade didática.

Efetuamos ainda diferentes procedimentos de coleta de dados buscando consolidar os resultados da mesma. A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que para a sua conclusão foi preciso realizar uma análise de trabalhos que abordam a audiodescrição em diversos campos do conhecimento; análise de documentos que legalizam a audiodescrição em nosso país, bem como leitura e fichamento de textos de autores que discutem e relacionam a audiodescrição com a sociedade comunicacional e tecnológica.

Com base nos conceitos sobre comunicação de Mueller (1975) e Bobbio (2000), buscaremos assumir uma postura mais crítica a respeito do acesso desigual a comunicação, pois a mesma é direito das pessoas e de forma universal, no entanto, em plena era da informação tecnológica parte da sociedade ainda não tem acesso a certas informações o que nos remete ao conceito de comunicação bloqueada dos teóricos citados acima.

Para uma melhor compreensão desse trabalho, ele foi dividido em três capítulos: O primeiro, intitulado “Audiodescrição: imagens traduzidas em palavras”, trata da apresentação do recurso da audiodescrição, seus principais conceitos, histórico no mundo e no Brasil, todos os achados sobre audiodescrição/estado da arte e, por fim, o que a legislação diz sobre esse recurso. O segundo, chamado “Audiodescrição, educação e acessibilidade”, faz um diálogo da audiodescrição como uma tecnologia assistiva, como a audiodescrição se encontra na educação brasileira e a audiodescrição em Mato Grosso do Sul e nas escolas de Dourados. O terceiro, “Audiodescrição:

caminhos metodológicos”, apresenta todo o percurso metodológico adotado por essa pesquisa, como também os principais resultados e dificuldades ao realizar esse trabalho.

Com isso, compreendemos que este trabalho necessita de um maior aprofundamento e estudos mais amplos, principalmente no que se refere à audiodescrição na escola. Aqui, levantamos tudo que fazia relação/menção à audiodescrição, traçando um panorama que será de grande utilidade para pesquisas posteriores, possíveis reflexões e estudos mais aprofundados com o tema na escola/na sala de aula.

**CAPITULO I - AUDIODESCRIÇÃO:
IMAGENS TRADUZIDAS EM PALAVRAS**

1. AUDIODESCRIÇÃO: IMAGENS TRADUZIDAS EM PALAVRAS

Considero a audiodescrição como uma forma de leitura reveladora que evoca em seu público uma multiplicidade de sensações e sentimentos capaz de gerar uma revolução sensitiva muito necessária para a formação do gosto cinematográfico. Certamente não é somente o audiodescritor e seu modo de traduzir as imagens que influenciarão a PcDV, mas a própria linguagem da AD que, por si só, revoluciona os sentidos. (Bell Machado)

As tecnologias estão presentes diariamente na vida das pessoas, por meio delas temos acesso a muitas informações, conteúdos e entretenimento. Para as pessoas com algum tipo de deficiência ter acesso a essas mesmas informações, muitas vezes é necessário a utilização de alguns recursos tecnológicos/recursos de acessibilidade, o que aproxima, facilita a discussão e comunicação com outras pessoas, uma vez que, com acesso a certas informações, a pessoa com deficiência se empodera diante da sociedade e passa a ter domínio sobre sua própria vida e começa a agir com mais autonomia nas tomadas de decisões.

Nessa perspectiva, a audiodescrição é um desses recursos de acessibilidade que contribui para diminuir as diversas barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência: barreiras de acessibilidade, atitudinais e comunicacionais.

Portanto, neste capítulo, apresentamos um breve panorama da audiodescrição. Para isso, o capítulo é dividido em cinco partes:

Primeira parte - Conceito da audiodescrição: Principais conceitos que consideramos pertinentes para a compreensão desse recurso.

Segunda parte – Discutimos e apresentamos quem faz a audiodescrição.

Na terceira parte - Históricos da audiodescrição no mundo e seus primeiros passos no Brasil: Discorreremos sobre o histórico da audiodescrição no mundo e como foi introduzida no Brasil.

Quarta parte – Estado da Arte da audiodescrição: Levantamento de tudo que encontramos sobre o recurso no Brasil.

Quinta parte – Legislação: O que a legislação diz sobre a audiodescrição, quais as principais leis, portarias e decretos que sustentam esse recurso no Brasil.

1.1 Conceito

A audiodescrição é um recurso que tem por finalidade transformar toda informação visual contida em filmes, cartazes, livros, entre outros, em informação sonora.

Catherine Haase (2014) esclarece que a AD é um recurso capaz de aumentar o nível de entendimento e compreensão das pessoas com deficiência visual, promovendo assim mais independência, autonomia e autosuficiência na vida delas, por meio da descrição falada e detalhada dos elementos que compõem a narrativa do produto audiovisual: filmes, peças publicitárias, programas de TV, eventos turísticos e esportivos, espetáculos de dança e exposições de arte. Desse modo, colabora no completo entendimento do que antes não poderia ser compreendido de maneira visual.

Motta e Romeu Filho (2010, p. 11) mencionam que a audiodescrição:

É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

Não podemos segregar a AD apenas ao deficiente visual, pois é um recurso que contribui e agrega a qualquer pessoa, tanto o cego quanto os normovisuais.

Para alguns estudiosos da área (FARIAS, 2013; FRANCO, 2014; MOTTA, 2010), a AD pode ser dividida em três grupos: gravada, ao vivo e simultânea. Logo abaixo apresentamos no Quadro 1, os grupos de como pode ser feita a audiodescrição e ter informações quanto à produção do roteiro e de como é feita a descrição/locução.

Quadro 1 – Grupos de como pode ser feita a audiodescrição

AD	ROTEIRO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS EM EVENTOS
Gravada	Preparado com antecedência.	Gravada em estúdio	Filmes, programas de TV.
Ao vivo	Preparado com antecedência e pode ter novidades.	Feita na hora do evento.	Programas ao vivo, palestras, visitas a museus, festivais de dança
Simultânea/face a face	Não há roteiro. Improvisada.	Feita na hora do evento e pode ter falhas.	Exposições, programas ao vivo, entre outros.

Fonte: Criada pelos autores.

A AD gravada é a mais utilizada no Brasil atualmente, em geral é aplicada em filmes, alguns museus, comerciais de televisão e vídeos do *YouTube*. Para fazer a AD gravada é preciso um processo de criação minucioso, o qual se inicia pelo estudo antecipado da obra a ser descrita. O audiodescritor roteirista assiste várias vezes ao filme, vídeo, entre outros, anotando as partes mais importantes para a construção do roteiro com o texto a ser narrado. Esse processo tem de ser cuidadoso para que as falas a serem descritas não fique sobrepostas às falas das personagens/do áudio do filme. A descrição só deve sobrepor o diálogo se a informação visual for de muita relevância para o entendimento da obra (SNYDER, 2008). Para isso, o audiodescritor deverá ter uma cópia com o *Time Code* do vídeo, que é a referência de tempo usada para sincronizar áudio e vídeo. Cabe frisar que o roteiro precisa conter as dicas de como deverá ser descrito/narrado e ainda conter as notas proêmias (orientações que antecedem, mas não antecipam as informações da obra).

Logo depois de preparado o roteiro e com o mesmo em mãos, são realizadas sessões de ajustes, as quais o ator audiodescritor ou o audiodescritor narrador ensaia as falas narradas, buscando uma melhor adequação de tempo, alterando alguns termos e palavras para o roteiro final. Destacamos ainda que o audiodescritor narrador deve seguir o roteiro, geralmente não é permitido mudar as falas sem combinar e ajustar antecipadamente com o audiodescritor roteirista.

Depois de feita a combinação prévia, é hora de iniciar a gravação do texto, em um estúdio e com a participação de um diretor e um técnico em gravação, além do ator audiodescritor ou audiodescritor narrador que irá narrar às falas do roteiro. Preferencialmente, na hora da gravação o audiodescritor narrador deve errar o menos possível para facilitar o trabalho do técnico em som que não precisará fazer grandes ajustes.

Por fim, o arquivo de som contendo a audiodescrição é enviado para a televisão, ou para a produção do DVD, que deverão anexá-la em uma faixa extra de áudio, em local semelhante ao usado para a seleção de diferentes idiomas.

O som audiodescrito nos cinemas é transmitido em fones de ouvidos e como dito anteriormente, a narração precisa ser complementar ao que é dito pelos personagens.

Na AD ao vivo, o roteiro também é preparado com antecedência, o audiodescritor roteirista tem contato com a obra de forma antecipada para elaborar o roteiro e depois do roteiro pronto a audiodescrição é feita ao vivo, sem gravações e edição das falas. Para a execução dessa descrição, geralmente, o audiodescritor narrador fica em uma cabine e o som é enviado por meio de fones de ouvido para os usuários e outras pessoas que querem ter acesso ao recurso.

Na AD simultânea, não há conhecimento prévio do que vai ser exibido e nem roteiro com as falas detalhadas, com isso o trabalho do audiodescritor é dificultado, geralmente, o audiodescritor narrador fica em uma cabine de frente para o palco, ou evento, um lugar que o permita ver tudo o que está acontecendo no ambiente e as descrições são transmitidas também por fone de ouvidos. Nesse tipo de AD pode haver algumas falhas causadas pelos imprevistos, inclusive com sobreposição de falas.

Para a utilização do recurso é necessário possuir conhecimento da técnica de audiodescrever ou pelo menos ter uma base, pois se começar a descrever sem esse conhecimento prévio pode, ao invés de ajudar, deixar a pessoa com deficiência visual mais confusa e perdida. Para que a AD cumpra sua função de forma satisfatória, cabe ao audiodescritor descrever de maneira clara, objetiva, sem interferência de ruídos ou narração por cima de diálogos ou falas de palestrantes. Se caso for descrita em casa, não atrapalhar o indivíduo

com deficiência na compreensão das falas dos personagens do que estiver assistindo, seja novela ou filmes.

1.2 Quem faz a audiodescrição?

Ser audiodescritor é poder brincar com as palavras,
 Ordená-las, trocá-las e combiná-las...
 E escolher aquelas que melhor expressam isso ou aquilo,
 Que caibam aqui e acolá... E não é que isso vira mania,
 Brota que nem flor no jardim...
 Audiodescrição e poesia,
 Será que alguma rima posso encontrar? (MOTTA, 2011).

A audiodescrição técnica é feita por um profissional conhecido como audiodescritor/áudio-descritor. Sua importância para a realização da audiodescrição é inquestionável, visto que até o ano de 2013 essa profissão sequer era reconhecida em nosso país.

Para Nóbrega (2012, p. 92) o audiodescritor é “um tradutor de imagens que atua no estudo do evento imagético, elabora roteiro áudio-descritivo e, por vezes, executa a locução da obra acessível”.

Teles (2014, p.40), acrescenta que o audiodescritor precisa ser um leitor capaz de decodificar a intenção do texto, anotando as interpretações necessárias para que depois do entendimento claro e objetivo, consiga transmitir as informações pertinentes e verdadeiras ao público, procurando ser o mais fiel possível na hora de descrever os conteúdos: filme, peças de teatro, óperas, entre outros.

De acordo com Alves *et al* (2011, p. 23):

Um audiodescritor é um observador ativo que necessita aprimorar seu letramento visual, olhar o mundo com maior acuidade a fim de compartilhar o que há nas imagens. O audiodescritor edita o que vê, ou seja, seleciona o que é mais importante para a compreensão e a apreciação de um evento.

Conforme alguns estudiosos (FARIAS, 2013; FRANCO, 2014; MOTTA, 2010), dentro do campo de estudos da audiodescrição podemos encontrar três tipos de profissionais:

- O audiodescritor narrador/locutor;
- O audiodescritor roteirista;

- O audiodescritor consultor, preferencialmente é uma pessoa com deficiência visual e que tenha conhecimento sobre a audiodescrição.

Suas principais funções são a criação de roteiros visuais, narração, revisão e testes de recepção. Os audiodescritores trabalham junto a uma equipe multidisciplinar que envolve também diretores e editores de vídeo e de áudio.

Portanto, o campo de trabalho e estudo do audiodescritor consiste em procurar as palavras mais adequadas e precisas para descrever uma imagem estática (fotografia, escultura, arquitetura, ilustração) ou uma imagem dinâmica (filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, esportes, entre outros). Além de construir um repertório favorável para compreensão das imagens, precisa responder as lacunas “o quê” e “como” audiodescrever certa imagem (SNYDER, 2008).

Segundo Franco e Silva (2010), a narração feita pelo audiodescritor deve ser realizada de forma descritiva sem que haja a presença de opiniões e comentários pessoais do profissional, já que para a pessoa com deficiência visual o mais importante é a narração pura dos fatos, pois seu imaginário de acumulação visual e as referências que ela recebeu em outros momentos da vida é que deverão ser o combustível para a percepção da cena.

Em vista disso, salientamos que esse recurso veio para descrever a cena e não para interpretá-la com percepções pessoais do audiodescritor. O audiodescritor deve apenas descrever o que está vendo, sem acrescentar o que acha. Não deve antecipar imagens, nem pôr suas interpretações e nem resumir fatos importantes. Podemos ver abaixo na figura ilustrada de Ricardo Ferraz:



Figura 1: Audiodescrição sendo feita por uma cabine. Fonte: www.vercompalavras.com.br. Acesso em: 13 dez. 2016.

Com a inclusão da profissão de audiodescritor na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações no dia 21 de fevereiro de 2013, com posterior regulamentação da profissão, reforça a necessidade de formação desse profissional, apontando para os pré-requisitos básicos para o exercício da profissão

Geralmente os audiodescritores investem em sua formação. Até o momento, a formação desses profissionais tem sido feita por meio de cursos livres, cursos de extensão ou mesmo como disciplina de cursos de pós-graduação, cujo número de horas não é suficiente para preparar um profissional que possa atuar no mercado nos mais diversos tipos de eventos e produtos audiovisuais. No entanto, entendemos que para atender ações mais complexas é necessária uma capacitação mais consistente que possa atender à complexidade e às especificidades das inúmeras aplicações da audiodescrição.

Destacamos que em 2010 e 2012, após a realização do 1º e o 2º Encontro Nacional de Audiodescritores e, principalmente, a partir deste segundo evento que foi realizado na UFJF, notaram que a demanda e carência

por profissionais audiodescritores vem crescendo gradativamente, e que à medida que a sociedade, em especial as pessoas com deficiência visual, têm tomado conhecimento sobre o recurso e seus benefícios, sobre as leis que discutem os direitos das pessoas com deficiência de acesso à comunicação, informação e entretenimento, a reivindicação por recursos audiovisuais, tanto no âmbito social, cultural e educacional, aumenta cada vez mais. Desta forma, fez-se necessária e urgente a implementação do curso de especialização em Audiodescrição, ofertado pela Universidade Federal de Juiz de Fora que teve como coordenadora geral a professora Eliana Lucia Ferreira e contava também com a coordenação da audiodescritora Lívia Motta. Essa especialização colaborou para a formação de audiodescritores de vários estados, contribuindo para a maior disseminação e implementação do recurso e conseqüentemente para a inclusão cultural, social e escolar das pessoas com deficiência visual e outras, que são notadamente beneficiadas pela audiodescrição. Essa especialização contou inicialmente com a participação de 50 alunos/professores de vários Estados do Brasil, formando 32 audiodescritores para serem multiplicadores deste recurso.

Atualmente as pessoas que trabalham com a audiodescrição possuem formações em diversas áreas: Artes Cênicas, Teatro, Jornalismo, Letras, entre outros. A partir disso, a professora Ana Julia Perrotti Garcia concedeu uma entrevista ao site da UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que recentemente ofertou um curso de audiodescrição com carga horária de 180h, com o tema *Princípios e Técnicas de Áudio-descrição: Aplicabilidade em Contextos Culturais e Educacionais*. Na entrevista a professora salienta a falta de profissionais qualificados para trabalhar com o recurso e destaca que o curso de audiodescrição fornecido pela UNESP contou com a participação de muitos professores de todo o Brasil.

1.3 Histórico da audiodescrição no mundo e seus primeiros passos no Brasil

A cada dia que passa é cada vez mais comum, principalmente nos grandes centros, ver pessoas cegas indo ao cinema, teatro e “assistindo”

televisão; isso porque a maioria desses lugares culturais estão disponibilizando conteúdos com o recurso necessário para que o deficiente visual compreenda melhor as informações contidas nas cenas e nas obras de arte.

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite ao deficiente visual, mas não somente a ele, ver por meio das palavras/compreender informações contidas em fotos e vídeos. Pode ser feito de forma gravada (filmes), de forma simultânea (palestras) ou face a face (pessoalmente).

Esse recurso foi utilizado pela primeira vez em 1970 e feito de forma face a face/simultâneo. Segundo o estudioso da audiodescrição nos Estados Unidos, professor Joel Snyder (2008), Gregory Frazier estava em sua casa em um dia comum, relaxando, e decidiu assistir um filme. Como não queria assistir sozinho, decidiu convidar um amigo e por acaso esse amigo era cego. O filme era *High Noon* (em português, *Matar ou Morrer*), em meio aos acontecimentos do filme e a pedido do amigo, Frazier começou a descrever o enredo rapidamente entre as falas, fornecendo ao amigo informações sobre as cenas e ações do filme.

A partir disso, Frazier notou a gratidão do amigo e percebeu que suas descrições de forma improvisada poderiam auxiliar outras pessoas. Foi então que se deu conta da descoberta que fez.

Logo, chegou à conclusão que as descrições poderiam ser feitas previamente e gravadas em áudio, desde que estudadas, pensadas, revisadas, gravadas e, por fim, editadas. Percebeu também que poderiam ser reproduzidas e transmitidas por canais de áudio secundários na televisão ou por receptores FM.

Desse modo, Frazier decidiu voltar à faculdade para obter o diploma de mestre em Jornalismo, desenvolvendo a tese "A televisão para cegos", trabalho que tinha por finalidade explorar o uso da audiodescrição para melhorar a produção televisiva em 1974.

Cabe frisar que a prática de descrição de imagens sempre existiu, as pessoas sempre descreveram imagens para quem não enxergava ou enxergava pouco. Mas, quem estudou, aperfeiçoou, sistematizou e cunhou esse recurso como audiodescrição (atividade técnica e profissional) pela

primeira vez foi Frazier em 1975 em seu trabalho de mestrado defendido na Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos.

Para Neves (2011, p. 13), após o trabalho de mestrado de Frazier ser defendido, foram necessários cinco anos de muitos estudos para que a audiodescrição começasse a ganhar prática e fosse profissionalizada em 1980.

O casal Margaret e Cody Pfanstiehl Rockwell desempenharam um papel de suma importância na história da audiodescrição nos Estados Unidos porque a partir de suas experiências eles começaram a descrever peças de teatro. Destacamos aqui a peça *Major Barbara*, que foi exibida na Arena Stage Theater em Washington D.C. em 1981. O casal também foi responsável pelas audiodescrições feitas em fitas cassetes usadas em visitas a museus, parques e monumentos, além de colaborar em estudos para implementar a AD na televisão (FRANCO, 2010, p. 24).

Ressaltamos que Margaret, uma das “pioneiras” da audiodescrição, era deficiente visual e comandava um programa em uma estação de rádio, no qual ela fazia leitura de textos para pessoas com deficiência visual. Consideramos essa informação importante porque estamos vivenciando um momento em que alguns audiodescritores consultores questionam o motivo pelo qual eles não podem ser audiodescritores narradores. E encontramos uma informação que diz que uma deficiente visual aceita participar de um projeto de acessibilidade no teatro porque ela queria fazer audiodescrição para o público com deficiência visual.

No ano de 1982 o casal Rockwell audiodescreveu de forma simultânea via rádio a conhecida e famosa série de TV American Playhouse, transmitida pela Public Broadcasting Service (PBS).

Após esse acontecimento a audiodescrição começou a se expandir para outros países e logo chegou ao Japão, por meio da rede de televisão NVT, que inseriu em sua programação conteúdos audiodescritos no ano de 1983 (NUNES et al. 2010). Em seguida, a televisão aberta da Catalunha/Espanha (GUIDANCE, 2010).

Para a audiodescrição ser implementada na televisão dos Estados Unidos pela primeira vez foi necessária uma série de estudos que contaram com a colaboração da estação de TV WGBH, afiliada da PBS em Boston, que

previu “a possibilidade de usar o recém-criado Programa de Áudio Secundário (SAP)” (FRANCO, 2010, p. 25).

No entanto, somente em 1986, com o auxílio do Metropolitan Washington Ear, a WGBH iniciou vários testes voltados à recepção das audiodescrições produzidas e contou com a colaboração de espectadores cegos.

Os testes promovidos foram relevantes na criação do Descriptive Vídeo Services (DVS) e cabe salientar ainda que o primeiro provedor de material audiodescrito que foi pré-gravado e preparado para ser exibido na televisão dos EUA só foi lançado em 1990, ou seja, quinze anos após a audiodescrição ser formalmente sistematizada por Frazier, dado que “justifica” a demora de sua implementação no território brasileiro.

No mesmo ano, quatro organizações foram reconhecidas e premiadas pela National Academy of Television Arts and Sciences por contribuírem na implementação da AD na televisão:

Quadro 2 –Organizações premiadas

Organização	Fundadores	Serviços com AD
AudioVision Institute	Gragory Frazier e August Coppola	Ofereceram cursos práticos para
Narrative Television Network (NTN)	James Stovall	-Descrever filmes para a TV a cabo.
Metropolitan Washington Ear	Margaret e Cody Pfanstiehl Rockwell	-Descreveram peças de Teatro; -AD em fitas cassetes para visitas em museus, parques e monumentos; -Colaboraram para implementação da AD na televisão em parceria com a WGBH;
WGBH-TV	Fundação Educacional WGBH	-AD com a tecla SAP; -Criação do Descriptive Vídeo Services (DVS), provedor de material audiodescrito pré-gravado; -Levou a AD ao cinema em escola comercial em a ajuda do casal Rockwell;

Fonte: Criada pelos autores.

Com o passar do tempo a audiodescrição foi ganhando o mundo. Como já mencionado anteriormente, o Japão já havia adquirido o recurso para a televisão. Em seguida toda a Europa começa a adquirir conhecimento e prática de como utilizar a AD e também insere nas emissoras de televisão conteúdos com o recurso. A Inglaterra por sua vez, começa a utilizar a audiodescrição de forma profissional em peças de teatro e óperas, principalmente no Theatre Royal em Windsor. Já na televisão e em DVD, de acordo com Teles (2014, p. 30), quem ficou responsável pela promoção da audiodescrição em larga escala elevando o país ao topo em volume de materiais audiodescritos foi a Royal National Institute of Blind People (*RNIB*).

Em seguida, a Espanha, em 1987, aderiu ao recurso da AD como conhecemos nos dias atuais, em que filmes e peças de teatro contam com programações com a AD. A Organización Nacional de Ciegos Españoles (*ONCE*) era a responsável por fazer a audiodescrição. Essa mesma organização espanhola desenvolveu o “sistema conhecido como Audesk que foi aplicado em teatro, vídeo, televisão, museus e exposições em 1994” (TELES, 2014, p. 31). Não podemos olvidar que no ano anterior a ONCE dá início a um programa de pesquisa e desenvolvimento de audiodescrição que resultou na publicação da norma conhecida como Audiodescripción para personas con discapacidad visual: Requisitos para la audiodescripción y elaboración de audioguías (ARISTIA, 2010).

Em 1992, no Reino Unido, a audiodescrição conquistou mais espaço e com isso, foi criado o Projeto AUDETEL (AUdio DEscribed TELEvision), que serve de auxílio na propagação do recurso pelo país (SALWAY, 2007). Mas somente em 1994 a televisão do Reino Unido inseriu em sua programação conteúdos audiodescritos.

Na França, em 1989, um dos maiores e mais conhecidos Festivais de Cinema (Festival de Cinema de Cannes) ofereceu alguns filmes com o recurso.

Em questões de investimento e aplicabilidade do recurso na televisão, cinema, exposições e entre outros, o país que desponta na frente dos demais é os Estados Unidos. Em seguida temos Inglaterra, França, Espanha e Alemanha, Japão, Bélgica, Austrália e Argentina (TELES, 2014, p. 33).

Cabe evidenciar que alguns desses países contam com regulamentações que obrigam as emissoras de televisão a inserirem 50 horas

por mês de conteúdos audiodescritos em sua programação. Salientamos ainda que é em toda a programação e não somente em filmes.

No caso do Brasil, os estudos acerca da audiodescrição vêm sendo crescentes, desde a primeira vez que o recurso foi utilizado nos país em 1999, na cidade de Campinas, pelo Centro Cultural Louis Braille.

Porém, somente em 2003 que tomou impulso, depois do Festival Internacional de Cinema Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência, todos os filmes do festival têm acessibilidade para as pessoas com deficiência (visual e auditiva).

Já em 2004 foi criado o grupo de pesquisa “Tradução e Mídia”, que depois passou a se chamar Tradução e Mídia e Audiodescrição (TRAMAD), coordenado pela professora Eliana Franco. Com as pesquisas em grupo no ano de 2005 lançaram o primeiro filme (*Irmãos de fé*) audiodescrito em DVD.

No mesmo ano começaram as discussões e conversas sobre os requisitos técnicos necessários para a promoção da acessibilidade na programação das redes de televisão brasileiras. Os debates, conversas e consultas públicas foram coordenados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e o Ministério das Comunicações.

Após dois anos, em 2007, o Centro Cultural do Banco do Brasil lança o projeto Cinema Nacional Legendado e Audiodescrito.

Com o passar do tempo e a obrigatoriedade determinada pela Lei da Acessibilidade nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, a audiodescrição está começando a ser inserida na televisão, principalmente nos filmes, em alguns comerciais, como por exemplo, o da Natura, em algumas novelas estrangeiras, em museus, palestras, entre outros.

1.4 Audiodescrição e seu Estado da Arte

O Estado da Arte é uma etapa de extrema importância para a pesquisa. Por meio dela conseguimos mapear e levantar todas as informações sobre nosso objeto de pesquisa.

Assim, para chegar ao considerado Estado da Arte dessa pesquisa percorremos um longo caminho em busca de textos que abordassem nossa

temática, e com isso, saber o que já foi pesquisado sobre audiodescrição no nosso país.

Essa pesquisa teve início a partir do levantamento de temas que dialogassem com o objeto de pesquisa, a fim de recolher informações prévias sobre o nosso campo de interesse.

Portanto, para o levantamento de dados utilizamos a pesquisa bibliográfica e buscamos mapear toda a bibliografia já tornada pública que tivesse relação com o tema abordado por essa pesquisa: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, dissertações, teses, sites e filmes.

Antes de iniciar as buscas foi necessário criar combinações de palavras para facilitar, restringir e obter resultados mais precisos, além de decidirmos qual operador *booleano* conseguiria filtrar melhor as buscas, e para finalizar, como forma de estratégia, decidir o ano inicial do levantamento.

Tomadas essas decisões, inicialmente realizamos a averiguação de trabalhos que discutissem a audiodescrição nos seguintes bancos de dados: mais de 16 (dezesesseis) bibliotecas das maiores Universidades das diversas regiões do país e em três livrarias. As bibliotecas e livrarias foram escolhidas por serem as principais fontes de dados de trabalhos.

Buscando apresentar de forma clara a relação de universidades e livrarias escolhidas para mapear os trabalhos, criamos um quadro que listasse todas as empresas que realizamos as buscas:

Quadro 3 - Bibliotecas e livrarias

BIBLIOTECAS	LIVRAVIAS
USP	Cultura
UNESP	FINAC
UNICAMP	Saraiva
UFRJ	
UNB	
UFRGS	
UFSC	
UFSCAR	
UFPE	

UFMG	
UFBA	
UNISO	
UNIDERP	
UNEB	
UEMS	
UFJF	
UFGD	
UCDB	
SENADO	
Benjamin Constant	

Fonte: Criado pelos autores.

Em todos os bancos de dados das bibliotecas e livrarias apresentados no quadro 3 foram inseridos o operador *booleano* (AND) junto com 22 (vinte e duas) combinações de palavras, como exemplo:

- Educação AND Cegueira;
- Ensino AND Cegueira;
- Arte AND Cegueira;
- Teatro AND Cegueira;
- Audiodescrição;
- áudio-descrição;

Como resultado, dependendo das combinações utilizadas, em alguns casos obtivemos muitos resultados, em outros, nenhum. Podemos observar no quadro 4 a relação detalhada das combinações de palavras e a quantidade de resultados em cada busca:

Quadro 4 – Resultados do levantamento bibliográfico

COMBINAÇÕES	LISTA BRUTA	LISTA INTERMEDIÁRIA	LISTA FINAL
Educação AND Cegueira	123	23	2
Educação AND Cego	142	35	9
Educação AND Deficiência Visual	659	150	15
Educação AND Audiodescrição	08	3	2
Educação AND Áudio-descrição	01	1	1
Ensino AND Cegueira	58	11	2
Ensino AND Cego	69	13	3

Ensino AND Deficiência visual	358	78	5
Ensino AND audiodescrição	03	2	1
Ensino AND Áudio-descrição	00	00	00
Arte AND Cegueira	37	7	1
Arte AND Cego	43	20	1
Arte AND Deficiência visual	38	15	1
Arte AND Audiodescrição	12	12	02
Arte AND Áudio-descrição	00	00	00
Teatro AND Cegueira	10	5	00
Teatro AND Cego	19	4	1
Teatro AND Deficiência visual	07	3	00
Teatro AND Audiodescrição	01	1	1
Teatro AND Áudio-descrição	00	00	00
Audiodescrição	39	20	11
Áudio-descrição	03	1	00
TOTAL	1.630	404	58

Fonte: Criado pelos autores

Após as buscas, no primeiro levantamento obtivemos uma grande quantidade de trabalhos que de acordo com as palavras inseridas dialogassem com esta pesquisa. O quadro 4 nos apresenta uma lista bruta com 1.630 resultados, incluindo repetições, resumos e trabalhos fora dos anos estipulados inicialmente (2004 a 2015).

Para chegarmos à lista intermediária foi preciso realizar uma limpeza na lista bruta, retirando as repetições e os trabalhos anteriores ao ano de 2004, o que resultou em uma quantidade de 404 trabalhos.

Tendo em vista que a quantidade de trabalhos da lista intermediária foi considerada elevada, era preciso restringir ainda mais a seleção, retirando os textos anteriores ao ano de 2006 e a partir da localização e leitura foi possível saber quais contribuíam e dialogavam com a nossa pesquisa.

Desse modo, a lista final contou com 58 trabalhos que foram lidos a fim de saber quais dialogavam com essa pesquisa. Após a leitura minuciosa, selecionamos algumas dissertações, teses e livros que abordavam a temática “audiodescrição”, chegando a um total de 10 (dez) dissertações, 03 (três) teses e 03 (três) livros.

Cabe evidenciar ainda que, conforme surgiam trabalhos e livros sobre audiodescrição, os mesmos eram acrescentados em nossa lista. Assim nosso quadro com a relação final dos trabalhos e livros foi finalizando com:

- 32 (trinta e dois) trabalhos de conclusão de curso da primeira Especialização em audiodescrição promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF;

- 18 (dezoito) dissertações;

- 07 (sete) teses;

- 04 (quatro) livros;

O quadro 5, logo abaixo, apresenta a lista de todos os trabalhos que foram utilizados como referencia para o desenvolvimento dessa pesquisa. Cabe esclarecer que o mesmo foi dividido em quatro partes para facilitar uma melhor compreensão: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e livros.

Quadro 5 – Relação de trabalhos sobre audiodescrição

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/UFJF		
Autor	Ano	Título
Ana Fátima Berquó	2015	Audiodescrição de obra de arte em museu: análise de uma das obras da exposição hoy toca el Prado.
Daniella Forchetti	2015	A moça de di cavalcanti: diálogos intersemióticos entre pintura, dança e audiodescrição, corporificando as palavras para o público surdocego.
Flávio Coelho Oliveira	2015	Oficinas básicas de linguagem cinematográfica: ampliando o conhecimento sobre a 7ª arte
Talita Escobar	2015	A audiodescrição na série “mistérios no convento”: ênfase na caracterização da personagem irmã angela.
Fabiane Duarte	2015	A linguagem cinematográfica no cinema audiodescrito brasileiro.
Nadir da Silva Machado	2015	Audiodescrição em histórias em quadrinhos.
Elizabeth da Silva Ferreira	2015	Acessibilização de livro didático para alunos cegos de cursos a distância da universidade federal do rio grande do norte.
Ana Maria Lima Cruz	2015	O mágico poder das palavras: a inserção da audiodescrição nos conteúdos escolares.
Andreza Nóbrega	2015	A audiodescrição de cenas eróticas: uma proposta para o curta pernambucano “sob a pele.
Mônica Magnani	2015	Roteirizar, gravar, editar. Os efeitos da edição sobre os filmes audiodescritos exibidos na tv brasileira.
Letícia Schwartz	2015	Versão brasileira: a tradução de roteiros de audiodescrição em inglês como estratégia para a produção de audiodescrição no Brasil.
Jorge Amaro	2015	Audiodescrição e educação ambiental.
Melina Cardoso	2015	Audiodescrição de charges políticas e formação crítica do leitor com deficiência visual.
Eva Mothci	2015	Nada sobre nós sem nós: formatação de oficina sobre audiodescrição para o público com deficiência visual.
Kemi Oshiro	2015	Produzir com qualidade: o papel do produtor em

		audiodescrição.
Elizabet Dias de Sá	2015	A consultoria na prática da audiodescrição: a perspectiva dos consultores com deficiência visual.
Andréia Paiva	2015	Audiodescrição do desenho animado “peppa pig”: relato de uma experiência com crianças com deficiência visual.
Iara Aragão	2015	A audiodescrição de imagens estáticas em produção literária voltada para crianças: produção de um roteiro de audiodescrição para a obra “ a menina azul brilhante”.
Gabriela Alias	2015	Audiodescrição de espetáculos de pole dance: minimizando as barreiras culturais.
Georgea Rodrigues	2015	Implementação de audiodescrição em programas jornalísticos
Kelly Scoralik	2015	Audiodescrição no telejornalismo.
Liliane Birnfeld	2015	Audiodescrição para crianças com tdah: proposta de atividade como ferramenta pedagógica.
Veryanne Couto Teles	2015	Audiodescrição simultânea: proposta de um modelo que atenda aos audiodescritores brasileiros.
Patricia Gomes Almeida	2015	Videoinstalação com audiodescrição: incluindo pessoas com deficiência visual na apreciação da marca desnudez declamada.
Larissa Hobi	2015	Elementos visuais do espetáculo: apontamentos para elaboração de audiodescrição.
Laís Borges	2015	Rockincorpo: um espetáculo de dança contemporânea com audiodescrição.
Adriana Borges	2015	Audiodescrição na prática docente.
Sônia Miranda	2015	O uso da audiodescrição na exposição diferentes e iguais
Cândida Abes	2015	Curso de capacitação para professores de introdução à audiodescrição: relato de experiência realizada no centro de apoio pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual – CAP/DV – campo grande – MS.
Marilena Assis	2015	A contribuição da audiodescrição na formação de professores e no processo de ensino-aprendizagem no centro municipal de educação dos trabalhadores (cmet) paulo freire em porto alegre, RS.

Fonte: Criado pelos autores

Após apresentar a relação dos trabalhos de conclusão de curso da 1ª turma de especialização em audiodescrição, que aconteceu na Universidade Federal de Juiz de Fora em Minas Gerais, destacamos que boa parte desses trabalhos ainda não foram publicados, o que dificultou o acesso direto a eles. Para ter acesso a alguns foi necessário entrar em contato com cada autor e a Coordenadora geral do curso a professora Eliana Ferreira que gentilmente disponibilizou os que precisávamos.

Quadro 5 – Relação de trabalhos sobre audiodescrição

DISSERTAÇÕES			
Autor	Programas Universidades	Ano	Título
Isabel Pitta Ribeiro Machado	PPGMM/ UNICAMP	2015	A parte invisível do olhar audiodescrição no cinema: a constituição das imagens por meio das palavras – uma possibilidade de educação visual para a pessoa com deficiência visual no cinema.
Sandra Maria Sanches Alves Santiago	FLUP/ UP	2015	Audiodescrição em contexto de teatro em Portugal.
Gabriela Del Rio de Resende	POSTRAD/UNB	2014	Inclusão na TV: audiodescrição de filmes publicitários e a relevância da informação.
José Pinotti	PROF/ UNISO	2014	Comunicação e audiodescrição: estudos contemporâneos.
Veryanne Couto Teles	POSTRAD /UNB	2014	Audiodescrição do filme <i>a mulher invisível</i> : uma proposta de tradução à luz da estética cinematográfica e da semiótica.
Maria Inês Garcia Ishikawa	FAAC/UNESP	2014	Audiodescrição: um recurso de acessibilidade na televisão digital.
Jéssica Barroso Nóbrega	POSLA/UECE	2014	Comparação entre dois tipos de roteiro de audiodescrição: um estudo descritivo-exploratório.
Ana Clara Santos Oliveira	PPGDANCA/UFBA	2013	Por uma poética da audiodescrição de dança: uma proposta para a cena da obra <i>pequetitas coisas entre nós mesmos</i> .
Marcello Pereira Machado	PPGCOM/UFJF	2013	Telejornalismo, Identidades e Deficiência Visual: representação e recepção midiáticas junto a pessoas com deficiência visual.
Andreza Nóbrega	PPGEDU/UFPE	2012	Caminhos para inclusão: uma reflexão sobre áudio-descrição no teatro infanto-juvenil.
Francisca Rafaela Bezerra de Medeiros	POSLA/UECE	2012	Elementos para a microestrutura de um glossário semitrílingue dos termos da audiodescrição.
Flávia Mayer	POSCOM/PUC MINAS	2012	Imagem como símbolo acústico: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição.
Verônica de Andrade Mattoso	PPGCI/ UFRJ	2012	Ora, direis, ouvir imagens? Um olhar sobre o potencial informativo da áudio-descrição aplicada a obras de artes visuais bidimensionais como representação sonora da informação em arte para pessoas com deficiência visual.
Flávia Machado	PPGTVD/ UNESP	2011	Acessibilidade na televisão digital: estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira.
Juarez Nunes de Oliveira Júnior	POSLA/UECE	2011	Ouvindo imagens: a audiodescrição de obras de Aldemir Martins.
Klístenes Bastos Braga	POSLA/UECE	2011	Cinema acessível para pessoas com deficiência visual: a audiodescrição de o grão de petrus cariry.

Iracema Vilaronga Rodrigues	PPGEduC/ UNEB	2010	O potencial formativo do cinema e a audiodescrição: olhares cegos.
Manoela Cristina Correia Carvalho da Silva	PPGLL/ UFBA	2009	Com os olhos do coração: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil.

Todas as dissertações mapeadas foram lidas e fichadas, o que enriqueceu e colaborou de forma significativa com essa pesquisa. Ao iniciarmos a leitura dos trabalhos, notamos que a maioria abordava seus estudos na audiodescrição nos cinemas/filmes, e com isso, não podemos deixar de salientar que esse recurso foi utilizado pela primeira vez no Brasil através de um festival de filmes (Assim vivemos) e que aparentemente a lei da acessibilidade só remete a obrigação desse recurso na televisão (como já mencionado anteriormente no capítulo que trata da legislação), quantos aos demais temas abordados temos: audiodescrição como tradução intersemiótica, nos museus, no teatro, nos filmes publicitários.

Quadro 5 – Relação de trabalhos sobre audiodescrição

TESES			
Autor	Programas Universidades	Ano	Título
Elton Vergara Nunes	PPGEGC/ UFSC	2016	Audiodescrição didática.
Felipe Leão Mianes	PPGEDU/ UFRGS	2015	Marcas de identificação em narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual.
Leila gross	PPGE/ UFRJ	2015	Arte e inclusão: o ensino da arte na inclusão de alunos com deficiência visual no colégio Pedro II.
Mariza Aderaldo	POSLIN/ UFMG	2014	Proposta de parâmetros descritivos para audiodescrição à luz da interface revisitada entre tradução audiovisual acessível e semiótica social – multimodalidade.
Larissa Costa	PPGEL/ PUC - RIO	2014	Audiodescrição em filmes: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção.
Dalmir Pacheco de Souza	PPGE/ UFAM	2014	Políticas públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência: estudo de caso do projeto curupira
Sandra Farias	PPGE/ UFBA	2013	Audiodescrição e a poética da linguagem cinematográfica: um estudo de caso do filme <i>atrás das nuvens</i> .

Fonte: Criado pelos autores

As teses encontradas retratam uma diversidade em seus temas, diferentemente dos trabalhos de TCC e dissertações, suas temáticas não estão votadas a audiodescrição no cinema/filmes, estudam as políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência visual, no qual abordam relativamente a audiodescrição, audiodescrição como um recurso didático, no cinema, audiodescrição enquanto tradução intersemiótica, entre outros. Todos os trabalhos foram publicados e se encontram disponíveis na *internet* ou na página dos programas de pós-graduação.

Quadro 5 – Relação de trabalhos sobre audiodescrição

Livros		
Autor	Ano	Título
Daiana Stockey Carpes	2016	Audiodescrição: práticas e reflexões.
Lívia Maria Villela de Mello Motta	2016	Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.
Vera Lúcia Araújo; Marisa Ferreira Aderaldo	2013	Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil.
Lívia Motta; Paulo Romeu Filho	2010	Audiodescrição. Transformando imagens em palavras.

Fonte: Criado pelos autores

Os livros encontrados são compostos por artigos de diversos autores que já estudam a um certo tempo a audiodescrição. Dos quatro livros, dois estão disponíveis de forma online na *internet* e são de fácil acesso, os outros dois também são uma reunião de artigos de vários autores, no entanto, só estão disponíveis para compra em livrarias. Seus temas abordam a audiodescrição na escola (abordam os benefícios), as últimas pesquisas feitas por esse recurso e suas práticas e reflexões.

O tema audiodescrição é ainda novo e crescente em nosso país, por isso o levantamento dos trabalhos resultou em uma busca constante, exaustiva e demorada. O qual resultou eu sempre ter dados novos.

Como já mencionado anteriormente, ao analisar todos esses trabalhos notamos que a maioria é voltada para pesquisas envolvendo a audiodescrição no cinema, apontando que este recurso no Brasil está mais avançado e sendo aplicado em conteúdos de vídeo. Sendo assim, precisamos de mais pesquisas em audiodescrição no teatro, exposições e principalmente nas escolas, o que é, basicamente, uma raridade.

Outro levantamento que julgamos pertinente para essa pesquisa, foi referente a quantidade de páginas na *internet* que encontramos que buscam informar e divulgar informações sobre a audiodescrição. Essas páginas são sempre atualizadas com materiais (filmes, livros, pesquisas, artigos e novidades) relacionados à audiodescrição. Em razão disso, decidimos fazer um levantamento desses *sites*, assim como seus respectivos responsáveis e a relação com esse recurso.

Para encontrar as páginas descritas no Quadro 6 foi necessário realizar uma vasta busca pela *internet* e em seguida averiguar quais das páginas abordavam somente conteúdos sobre audiodescrição.

Para essa pesquisa ser concluída, acessamos página por página, e ainda encaminhamos um e-mail na área de contato da página tentando localizar seus respectivos responsáveis e qual a relação de cada um com a audiodescrição. Salientamos que alguns como: Mil Palavras; Iguale e Blog da audiodescrição não obtivemos resposta por email e assim, foi necessário ligar para os números de telefone disponíveis nas páginas.

Quadro 6 – Sites sobre audiodescrição

NOME	RESPONSÁVEL	ENDEREÇO
Audiodescrição	Graciela Pozzobon (Audiodescritora)	http://audiodescricao.com.br/ad/
Ver com palavras	Lívia Motta (Audiodescritora)	http://www.vercompalavras.com.br/home
Mil palavras	Gabriel Schmitt (técnico de áudio e programador web)	http://www.milpalavras.net.br/
Com audiodescrição	Flávia Machado (Audiodescritora)	http://comaudiodescricao.blogspot.com.br/
Bengala Legal	Marco de Queiroz	http://www.bengalalegal.com/audio-e-video
Iguale	Mauricio	http://iguale.com.br/
Ler para Ver	Francisco Lima (Audiodescritor consultor)	http://www.lerparaver.com/blog/2595
Vouver acessibilidade	Andreza Nóbrega (Audiodescritora)	http://vouveracessibilidade.com.br/
Blog da Audiodescrição	Paulo Romeu Filho (Audiodescritor consultor)	http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2016/08/eleicao.html

Fonte: Criado pelos autores

Após fazer o levantamento dos *sites*, constatamos a necessidade de mapear os canais de televisão que já disponibilizam conteúdos com audiodescrição. Uma vez que a maioria das pessoas desconhecem esse recurso e não sabem como identificar se a programação tem o recurso disponível.

Partindo do pressuposto que a televisão é o meio de comunicação mais utilizado nos lares brasileiros, é provável que os professores para os quais vamos oferecer a formação sobre audiodescrição queiram saber quais programas utilizam o recurso na TV. Desta forma, para elucidar questões que podem surgir quanto a isto e também informar aos demais, resolvemos divulgar uma programação que foi observada e analisada no mês de Junho (01 a 30) e julho (01 a 31) de 2016.

No entanto, para nossa surpresa, a audiodescrição ainda dá seus primeiros passos na programação televisiva, tendo sua maior incidência em filmes, o que vale ainda ressaltar que de acordo com a portaria Nº188 os horários que teriam programação com o recurso seria entre as 06 horas da tarde as 02 horas da manhã.

Ressaltamos que nenhuma novela de origem brasileira apresentou esta opção ao telespectador. Ainda é pouco, mas não podemos deixar de salientar a importância dessa conquista, já que os brasileiros são um dos povos que mais assiste novelas.

Para saber quais emissoras de TV estão oferecendo conteúdos com o recurso da audiodescrição, tivemos que pesquisar em suas páginas da *internet* informações sobre sua programação acessível. Após as buscas nos deparamos mais uma vez com o descaso, nas páginas das emissoras não foram encontradas informações sobre o recurso e nem em qual programação estria sendo utilizado o recurso.

Em busca dos resultados passamos aproximadamente dois meses observando e assistindo a programação da televisão, uma semana em cada emissora:

- Globo;
- SBT;
- Record;
- Band;

- TV Brasil;
- RedeTV;
- Aparecida;
- HBO;

Para a realização do mapeamento tivemos que criar uma ficha de catalogação para facilitar a análise da programação das emissoras. Segue o modelo da ficha no Quadro 7:





Quadro 7 –Ficha da programação das emissoras de televisão





Dados do programa	
Canal:	
Nome do programa	
Data	
Tipo de programa	
Horário	
Classificação	

Fonte: Criado pelos autores

Terminada a catalogação dos programas, vimos como inevitável criar um quadro apresentando toda a programação disponível em cada emissora com o recurso da audiodescrição. No quadro abaixo é possível visualizar os resultados obtidos após essa longa busca:

Quadro 8 – Programas com audiodescrição

	Programação com audiodescrição	
	- Filmes	⇒ Sessão da tarde ⇒ Tela quente ⇒ Corujão ⇒ Super Cine ⇒ Temperatura Máxima ⇒ Domingo Maior
	- Seriado	⇒ Chaves
	- Desenhos - Filmes	⇒ Pica-pau ⇒ desenhos bíblicos
	- Novela - Seriados	⇒ Sila: prisioneira do amor ⇒ Fatmagul ⇒ iCarly ⇒ Violetta

	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista - Série ⇒ A TV que se faz no mundo - Programa de filmes 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Nova Africa ⇒ A TV que se faz no mundo ⇒ Historietas assombradas ⇒ Curta TV
	<ul style="list-style-type: none"> - Talk show - Reportagem - Programa musical - Reality show - Informação 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Luciana By Night ⇒ Documento verdade ⇒ Ritmo Brasil ⇒ Operação de risco ⇒ Mega senha ⇒ Good News
 <p>aparecida</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde e fé - Terço de aparecida - Novena da Aparecida - Bem vindo romeiro - Tela de sábado - Novena de Aparecida - Artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Vida com arte
 <p>CULTURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Infantil - Desenho 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Quintal da cultura ⇒ Pororo, o pequeno pinguim

Fonte: Criado pelos autores

Como vimos no quadro acima, finalmente a audiodescrição está sendo implementada aos poucos na televisão, principalmente em filmes. Nenhuma novela de origem brasileira apresentou esta opção ao telespectador. Ainda é pouco, mas, não podemos deixar de salientar a importância dessa conquista.

Para ter acesso aos programas com audiodescrição é necessário ter uma TV Digital (Full HD e ter o conversor *Set-top Box* embutido), pois a TV Digital brasileira possui quatro canais de áudio e isso possibilita a inclusão do canal com audiodescrição. Os aparelhos de televisão analógicos (tevéis de tubo) suportam apenas dois canais de áudio (um canal o áudio dublado e em outro o áudio original).

Lembramos que TV Digital não é televisão de LCD ou Plasma. Muitas vezes os televisores LCD e plasma não suportam receber o sinal da TV Digital brasileira. Assim, para acessar a audiodescrição a TV precisa como dito anteriormente, ser Full HD e ter conversor *Set-top Box* embutido.

Caso não queira adquirir uma TV Digital, é preciso possuir o conversor *Set-top Box*, e para ter um sinal melhor e sem interferência, deve adquirir uma

antena de UHF (o sinal da TV analógica é transmitido em VHF – *Very High Frequency*, que é uma frequência inferior a UHF – *Ultra High Frequency*).

Frisamos que com o passar dos anos, será mais comum ter acesso a conteúdos audiodescritos na televisão. No entanto, somente entre as 6 horas e as 2 horas da madrugada, o que faz questionar, a pessoa com deficiência não assiste televisão nos outros horários? Cabe frisar que as pessoas com deficiência também são consumidores e contribuem com a economia do nosso país, portanto, deveriam também ter acesso a informações como as demais pessoas. Com base na Portaria Nº 188 de 24 de março de 2010, criamos o quadro 9 para informar os prazos da implementação da audiodescrição na TV.

Quadro 9 – Prazos da implementação da audiodescrição na TV

Programação com o recurso	Horário vigente	Prazo
2 horas	Entre as 6h e as 2h da madrugada	12 meses / julho de 2011
4 horas	Entre 6h e as 2h da madrugada	36 meses / julho de 2013
6 horas	Entre 6h e as 2h da madrugada	60 meses / julho de 2015
8 horas	Entre 6h e as 2h da madrugada	84 meses / julho de 2017
12 horas	Entre 6h e as 2h da madrugada	96 meses / julho de 2018
16 horas	Entre 6h e as 2h da madrugada	108 meses / julho de 2019
20 horas	Entre 6h e as 2h da madrugada	120 meses / julho de 2020

Fonte: Criado pelos autores com base na Portaria Nº188 de 24 de março de 2010.

Com base na pesquisa bibliográfica, a AD foi introduzida no Brasil com a função de tornar os eventos artísticos (teatro, dança, música, museus) mais acessíveis às pessoas com deficiência visual.

Ao acompanhar as novidades sobre o recurso nas páginas governamentais, nos *sites* temáticos e nas emissoras de televisão, percebemos que seu uso, antes restrito a filmes, peças de teatro, espetáculos de dança e óperas, vem crescendo e se ampliando para congressos, palestras, desfiles de escolas de samba de São Paulo e do Rio de Janeiro, Olimpíadas e Paralimpíadas.

No entanto, as pessoas ainda não têm informação sobre esse recurso, algumas até desconhecem, inclusive seus próprios usuários. Provavelmente isso aconteça porque a história e as informações não acontecem ao mesmo

tempo e no mesmo lugar de forma igual, pois é um processo que vai se dando conforme vai fazendo sentido para cada região. Ainda não compreendem, por exemplo, o que significa o logotipo acompanhado de um aviso sonoro utilizado pelas emissoras de televisão para informar que aquela programação possui o recurso da audiodescrição.

Partindo desse pressuposto, resolvemos mostrar nas figuras 1, 2 e 3 como as emissoras estão avisando quando tem o recurso em suas programações.



Figura 2: Aviso recurso da audiodescrição no SBT. Fonte: www.sbt.com.br. Acesso em: 13 jan. 2016.

O Sistema Brasileiro de Televisão/SBT utiliza a imagem apresentada na figura 2 para informar se a programação contém o recurso. Além do aviso sonoro, o locutor narra o texto apresentado na figura. Evidenciamos ainda que o SBT deu início a utilização da audiodescrição por meio da programação do Chaves. Em seguida em todos os programas de filmes.



Figura 3: Aviso recurso da audiodescrição na TV GLOBO. Fonte: www.globo.com. Acesso em: 13 jan. 2017.

A Rede GLOBO de televisão por sua vez, oferece programação com o recurso desde 2011 em sua grade de filmes (*Tela quente*, *Temperatura Máxima*, entre outros), e como aumento gradual do número de horas exigidas como apresentado na Portaria 188, o recurso se estendeu a outros programas.

O *Globo Repórter* do dia 24 de abril de 2015 estreou o recurso da audiodescrição, episódio que apresentou um especial dos 50 anos da emissora e retratou as mudanças tecnológicas, investimentos e criatividade na frente e por trás das câmeras.

A grade com filmes ainda é a privilegiada na utilização do recurso, mas em abril de 2016 passou a aplicar o recurso no programa *Como será?* que passa aos sábados pela manhã (transmitiu um episódio especial no dia 22 de abril de 2016 sobre o recurso).

É importante destacarmos que a emissora criou uma versão estilizada de seu logotipo, assim emite o aviso sonoro acompanhado do logotipo da emissora na cor branca e na parte de cima da logo aparece escrito, audiodescrição.

A TV RECORD emite o aviso sonoro acompanhado da logomarca da emissora e na parte de cima da logo, aparece escrito áudio-descrição. A Record tem inserido o recurso mais em filmes e nos programas *Todo mundo odeia o Cris* e em suas novelas.



Figura 4: Aviso recurso da audiodescrição na TV RECORD. Fonte: www.recordtv.r7.com. Acesso em: 13 jan. 2016.

O uso da audiodescrição nas outras emissoras é frequente, aqui disponibilizamos um espaço e exemplificamos o uso do recurso nas emissoras mais assistidas. Convém destacar a TV Aparecida que tem feito uso do recurso em praticamente toda a sua programação com diferentes temáticas.

1.5 Audiodescrição e a Legislação

A audiodescrição vem conquistando espaço desde a primeira vez que foi utilizada no nosso país em 1999. Estudos e pesquisas na área vêm sendo crescentes, como já mencionado antes, principalmente na televisão. O que não podemos esquecer é que a legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade parcial desse recurso na televisão, em grandes eventos e obras audiovisuais (um pequeno percentual de programas de TV e obras cinematográficas).

De acordo com Pinotti (2014, p. 34), para a audiodescrição “continuar crescendo e cumprir seu papel decisivo como ferramenta de acessibilidade, ela precisa vencer uma série de barreiras, e, desde a sua implantação são os entraves legais os maiores obstáculos”, ou seja, a implementação da audiodescrição no nosso país se transformou em uma verdadeira “novela”, sem fim, e um longo caminho de luta, reivindicações e discussões tem sido traçado na busca pela obrigatoriedade desse recurso.

Com isso faremos a seguir uma apresentação de como anda a regulamentação da audiodescrição no Brasil:

Desde a promulgação da lei 10.098 (BRASIL, 2000), regulamentada pelo Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), alterado pelo Decreto 5.645 (BRASIL, 2005) e pelo Decreto 5.762 (BRASIL, 2006b), o recurso da audiodescrição tornou-se um direito garantido pela legislação brasileira (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p.27).

A audiodescrição no Brasil foi estabelecida pela Lei 10.098, conhecida como a Lei da Acessibilidade, sancionada em 19 de dezembro de 2000, mas só regulamentada depois de quatro anos pelo Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Esse Decreto regulamenta essa Lei no que se refere à Lei na Comunicação, mas, principalmente, na televisão.

Abrimos espaço para apresentar o artigo 52 e 53 desse decreto. O primeiro aponta a “obrigatoriedade” da adaptação dos aparelhos televisores para os deficientes visuais conseguirem utilizar o recurso. Já o segundo, em sua primeira versão, atribuía competências à ANATEL para regulamentar as questões da acessibilidade quanto à programação das emissoras: *closed caption*, ou legenda oculta, janela com intérprete de libras e descrição e narração em voz de cenas e imagens. Abaixo apresentamos os artigos na íntegra:

Art. 52. Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual. Art. 53. A ANATEL regulamentará, no prazo de doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previsto no art. 19 da Lei no 10.098, de 2000.

Portanto, como podemos perceber a Lei da acessibilidade assegura de forma clara aos deficientes auditivos e visuais o livre acesso aos meios de comunicação.

Em 2005, surge o Decreto 5.371, que estabelece que a Ministério das Comunicações e a ANATEL devem fiscalizar e estabelecer as normas de serviços de retransmissão de televisão e do serviço de repetição de televisão de radiodifusão de sons e imagens. Devido a essa mudança nas responsabilidades e competências, o Art. 53, do decreto 5.296 teve que ser alterado:

Art. 53. Os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previstos no art. 19 da Lei no 10.098, de 2000, serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações.

Em 31 de outubro de 2005, depois de uma comissão de estudos em acessibilidade em comunicação se reunir, é publicado pelo Comitê brasileiro de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a norma brasileira NBR 15290: Acessibilidade em Comunicação na Televisão. A norma “estabelece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais”.

Mais uma vez, o Art. 53 do decreto 5.296 de 28 de dezembro de 2005 é alterado e desta vez, o decreto 5.645 trata da nova redação, dizendo que as normas técnicas previstas serão regulamentadas pelo Ministério das Comunicações e deve ser expedida no prazo de 120 dias.

Tratando das mesmas normas técnicas, em 27 de abril de 2006 é publicado o decreto 5.762 que prorroga por mais 60 dias o prazo previsto para a expedição da norma complementar com as técnicas previstas no referido decreto 5.645.

Em junho de 2006, o Ministério das Comunicações lança a portaria nº 310, que estabelece pela primeira vez as definições dos recursos de acessibilidade:

Art. 1º Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Para os efeitos desta Norma, devem ser consideradas as seguintes definições: 3.3. Áudio-descrição: corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.

Essa portaria foi muito criticada por parte da comunidade de audiodescritores, pois definir audiodescrição como uma locução, denominação que foi corrigida nos decretos anteriores. Notamos que essa regulamentação tinha o foco apenas na audiodescrição como instrumento de acessibilidade que era voltada somente para os deficientes visuais, mas conforme os estudos no tema vão crescendo e amadurecendo, a AD passa a ser compreendida como um instrumento de acessibilidade para um público mais amplo.

Apesar dos avanços nos últimos anos, em 2008 alguns audiodescritores apontam que com a publicação da portaria nº 403 pelo Ministério das Comunicações tivemos um retrocesso referente à legislação da audiodescrição, já que a norma 01/2006 retira a obrigatoriedade da audiodescrição na programação televisiva.

Em 30 de julho de 2008, o Decreto Legislativo 186/2008 aprova o texto da Convenção sobre os direitos das Pessoas com deficiência da Organização das nações unidas — que trata da acessibilidade na televisão de forma explícita em seu artigo 30. Após essa data o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 466 que reestabelece a obrigatoriedade do recurso da audiodescrição e concede um prazo de 90 dias para que as emissoras iniciassem a transmissão de seus programas com este recurso.

Para tanto, antes do término dos 90 dias, o Ministério das Comunicações novamente suspendeu a aplicação da audiodescrição, conforme previsto na Portaria 310, para a realização de nova consulta pública com prazo de até 30 de janeiro de 2009, e com a possibilidade de prorrogação *sine die*, e ainda, prevendo a possibilidade de convocação de mais uma audiência pública, conforme a Portaria 661 de 14 de outubro de 2008.

Em resposta a essa suspensão de acordo com Nunes et. Al. (2011), as pessoas que trabalham com audiodescrição resolveram entrar com uma ação no Ministério Público:

Em 30 de dezembro de 2009, inconformados com as sucessivas suspensões do recurso da audiodescrição pelo Ministério das Comunicações, o Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down ingressaram no Supremo Tribunal Federal com Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 160) contra a União, alegando descumprimento, pelo Ministério, dos prazos estabelecidos no Decreto Federal 5296/2004. Este determinava ao Ministério das Comunicações a responsabilidade pela regulamentação dos artigos referentes à acessibilidade nos meios de comunicação. Pelos mesmos motivos alegados na ADPF 160, em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal, também ingressou com Ação Civil Pública contra a União.

Com isso, em 28 de novembro de 2009, pela portaria 985 é convocada uma nova consulta pública e escabele a exigência de audiodescrição para 1º de julho de 2011 (e, no prazo de dez anos, uma carga de 24 horas semanais de programação adaptada).

Portanto, foi somente a partir do dia 1º de julho de 2011, depois de muitas conversas, reuniões, ofícios, portarias ministeriais e manifestações é que a audiodescrição passou a ser obrigatória por duas horas semanais nas emissoras de televisão aberta que operam em sinal digital. E essa é a primeira iniciativa do gênero na América Latina.

E até o momento somente as emissoras: SBT – Sistema Brasileiro de Televisão, Rede Globo e MTV Brasil divulgaram em seu *site* quais os programas terão audiodescrição. Isso porque devido ser uma exigência, por Lei as emissoras de TV brasileiras vão se ajustando, visando o cumprimento da Portaria nº 188, publicada em março de 2010.

A audiodescrição deverá ser transmitida em canal secundário de áudio, a exemplo da tecla SAP. Pela portaria, dentro de dez anos, as emissoras de televisão deverão oferecer 20 horas semanais de programação acessível, no horário compreendido entre as seis horas da tarde e duas horas da madrugada.

Em 2013, a portaria 332/A cobra o cumprimento do cronograma de implementação do serviço de audiodescrição pelas emissoras de televisão. Para elucidar e mostrar de forma mais ampla a “novela” da implementação da audiodescrição na televisão brasileira, criamos um quadro que está apresentado de forma linear a partir dos anos de início da ad em nosso país:

Quadro 10 – Quadro síntese com as Leis sobre audiodescrição

LEI	DATA PUBLICAÇÃO	BREVE RESUMO
Lei 10.098	19 de dezembro de 2000	Lei da Acessibilidade: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida.
Decreto 5.296	02 de dezembro de 2004	Regulamenta a Lei 10.048 de 08 de novembro de 2000 (prioriza o atendimento das pessoas com deficiência, idosos, gestantes, pessoas com criança no colo e obesos). Regulamenta a lei 10.098 (critérios e normas gerais)
Artigo 53 do decreto 5.296		Os procedimentos para implementação serão regulamentados pelo ministério das telecomunicações (<i>closed caption</i> , legenda oculta, janela com intérprete de libras, descrição e narração com voz de cenas e imagens).
Decreto 5.371	17 de fevereiro de 2005	Aprova e regulamenta o Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), e do Serviço de Repetições de Televisão (RpTV), ancilares ao Serviço de Radiofusão de Sons e Imagens.
Decreto 5.645	28 de Dezembro de 2005	Dá a nova redação ao art. 53 do decreto 5.296. Dizendo que as normas técnicas previstas serão regulamentadas pelo Ministério das Comunicações e deve ser expedida no prazo de 120 dias.
Decreto 5.762	27 de abril de 2006	Prorroga por mais 60 dias o prazo previsto para a expedição da norma complementar com as técnicas previstas, na qual se referia no Decreto 5.645.
Portaria Nº 310	27 de junho de 2006	Considerando o resultado recebido em decorrência de audiência pública realizada pela portaria nº476 de 01 de novembro de 2005 e publicada em 03 de novembro de 2005. Considerando os dispostos no art. 53 do decreto 5.296. Aprova a norma complementar nº01/2006 (recursos de acessibilidade veiculadas na programação nos serviços de radiofusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão).
Portaria 403	27 de junho de 2008	Suspensão da obrigatoriedade de veiculação na programação. É suspendida a norma 01/2006 pelo ministro das comunicações.
Decreto	09 de julho de	Aprova, especificamente, no art. 30 os direitos das

Legislativo Nº 186	2008	peças com deficiência, principalmente, participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte (bens culturais em formato acessível, programas de televisão, cinema, teatro), tudo isso com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas.
Portaria 466	30 de julho de 2008	Reestabelece a obrigatoriedade de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão (RTV), e concede prazo de 90 dias para que as emissoras iniciem a transmissão de seus programas.
Portaria 661	14 de outubro de 2008	Suspende a transmissão de programas com recurso de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão (RTV), para realização de consulta pública com prazo até 30 de janeiro de 2009, com possibilidade de ampliar esse prazo.
ADPF 160	02 de fevereiro de 2009	O Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, inconformados com as constantes suspensões entram com recurso na justiça, solicitando que sejam cumpridas todas as publicações anteriores sobre recursos de acessibilidade.
Portaria 985	26 de novembro de 2009	Convoca uma nova consulta pública e estabelece a exigência de audiodescrição para 1º de julho de 2011 (e, no prazo de dez anos, uma carga de 24 horas semanais de programação adaptada).
Portaria Nº 188	24 de março de 2010	Estabelece a obrigatoriedade dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada de sons e imagens e retransmissão de televisão. Estabelece o tempo de programação obrigatória: - 2h semanais em 12 meses. - 4h semanais em 36 meses. - 6h semanais em 60 meses. - 8h semanais em 84 meses. - 12h semanais em 96 meses. - 16h semanais em 120 meses. Veiculada no horário compreendido entre 06 horas da tarde as 02 horas da madrugada, e com data inicial em 01 de julho de 2010.
Portaria 332/A	02 de dezembro de 2013	Estabelece o prazo de sessenta dias, contados a partir de 4 de outubro de 2013, para as entidades executantes do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão cumprirem o cronograma de implementação da audiodescrição, seguindo o cronograma da Norma Complementar nº 01/2006.

Fonte: Criada pelos autores

Concluo, então, esta seção, apontando para a importância de conhecer e difundir a audiodescrição para as pessoas com ou sem deficiência visual, a fim de buscar sua utilização enquanto recurso de acessibilidade em ascensão em nosso país. Com as informações vimos a necessidade de representantes comprometidos com a causa da audiodescrição, para que o indivíduo com deficiência tenha seus direitos garantidos. Estes dados denotam a necessidade do engajamento, principalmente por representantes comprometidos com a causa da Audiodescrição, para que os 35 milhões de deficientes visuais tenham acesso a seus direitos, além de autonomia e acesso a obras de espetáculos amparados pela imagem.

CAPITULO II - AUDIODESCRIÇÃO, EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE

1. AUDIODESCRIÇÃO, EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE

A descrição é a tradução de imagens em palavras, é a construção de um retrato verbal de: pessoas, paisagens, objetos, cenas e ambientes, sem expressar julgamento ou opiniões a respeito. Enquanto uma narração faz progredir uma história, a descrição consiste em interrompê-la, detendo-se em um personagem, um objeto, um lugar, etc. A audiodescrição mistura narração com descrição. (Lívia Motta)

No capítulo anterior, apresentamos os principais conceitos sobre a audiodescrição, seu histórico no mundo e em nosso país, assim como um balanço sobre o que diz a legislação sobre esse recurso. Agora vamos estabelecer a sua relação como uma tecnologia assistiva, com a educação e por fim, a educação em Mato Grosso do Sul.

A audiodescrição é considerada por alguns estudiosos da audiodescrição como tecnologia assistiva. Assim, esse capítulo discutirá um pouco sobre o que é tecnologia assistiva e qual das tecnologias a AD se encaixaria. Também discutiremos a audiodescrição na educação e quais são seus benefícios para os alunos, apresentando algumas políticas públicas fundamentais para a inclusão dos alunos na educação básica. E para finalizar, vamos apontar como a audiodescrição está presente no Estado de Mato Grosso do Sul e em seguida, voltar nosso olhar para a cidade de Dourados, foco da pesquisa.

2.1 Audiodescrição: uma tecnologia assistiva

A cada dia temos uma novidade relacionada às novas tecnologias. Sem dúvida, o avanço tecnológico vem sendo crescente nos últimos tempos e tem sido fundamental para diminuir algumas barreiras criadas pelas diferenças.

Essas modernas tecnologias que hoje estão presentes em toda a sociedade e são controladas muitas vezes por modernos satélites enviados para o espaço, estão presentes nos meios de comunicação de muitas formas (internet, TV, computadores, telefones, tablets, celulares, entre outros). Com isso, assistimos o mundo/os seres humanos se transformarem lentamente,

principalmente, no modo de pensar, agir, desejar, participar e interferir na sociedade.

Com as tecnologias presentes na sociedade, cada vez mais somos bombardeados de informações pelos instrumentos de difusão de conhecimento e difusão mais presentes e usados pelos seres humanos: telejornais, rádio e internet. Pensando nisso recorreremos a Sanches (2003, p.15) nos relata que:

As Tecnologias da Informação e Comunicação podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos usados para produzir e disseminar informações, dentre os quais estão o telefone (fixo e celular), o fax, a televisão, as redes (a cabo ou fibra óptica), e o computador, sendo que a conexão de dois ou mais computadores cria uma rede, e a principal rede existente atualmente é a Internet.

Nessa perspectiva, com a influência das tecnologias no modo de viver da sociedade, cada vez mais as mídias tradicionais de massa disputam audiência: TV, rádio, revistas, jornais entre outros. Com a disputa acirrada, esses meios de comunicação e informação sempre buscam inovações e formas de expandir suas audiências por meios de plataformas digitais, como por exemplo, a internet.

Nessa perspectiva, as empresas de comunicação desenvolvem produtos de última geração, como hardware e software para serem utilizados por nós, os *peoplewares* (pessoas). Portanto, podemos dizer que para ter um computador/tecnologia funcional precisamos da interação desses três elementos básicos.

Todas essas inovações tecnológicas que surgem a cada segundo já fazem parte constante da sobrevivência da sociedade. Abaixo, na figura 05 percebemos que sem um usuário/pessoa que utilize a tecnologia presente na máquina/sociedade todo esse avanço tecnológico não adiantaria de nada. Não podemos deixar de ressaltar que isso também acontece com as tecnologias assistivas, se as pessoas não souberem como utilizá-las elas não têm utilização na sociedade.

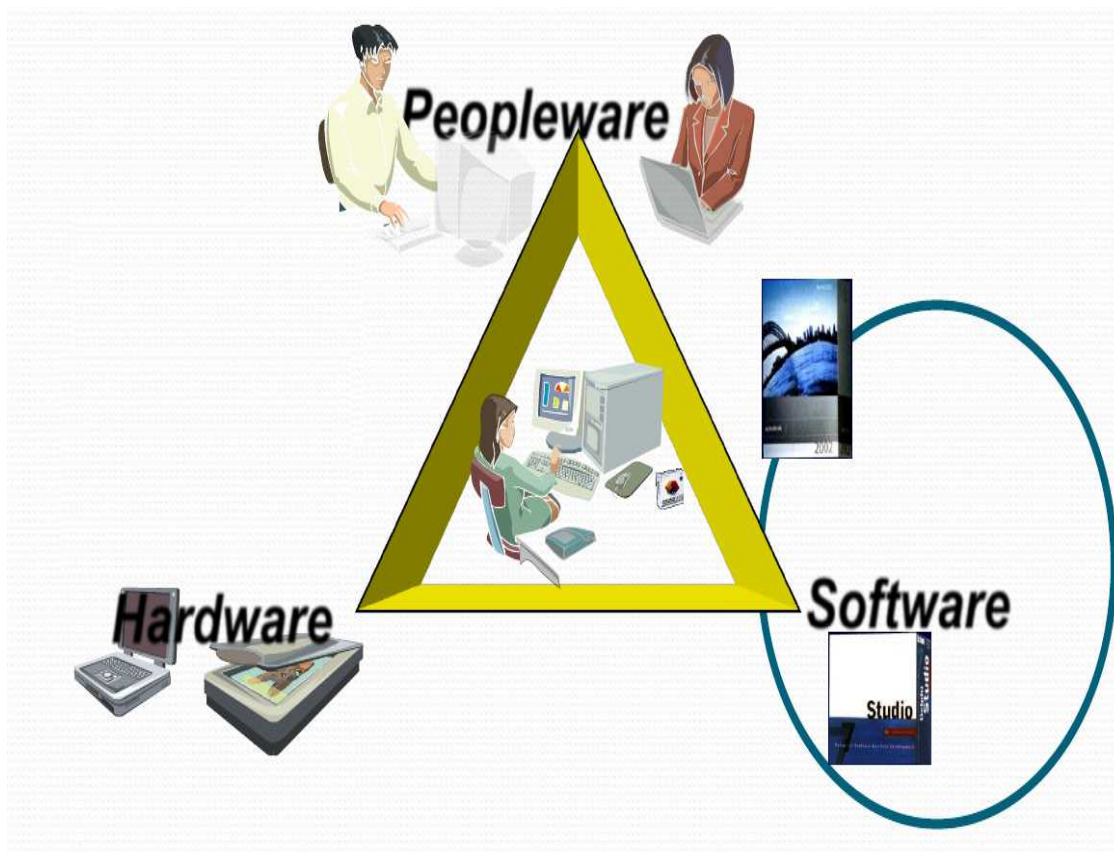


Figura 05: Sistemas de computação. Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/340682/>

Para Castells (2002), todas essas mudanças e novidades tecnológicas só são possíveis por causa do progresso tecnológico que veio se estendendo por muitos e muitos anos.

Vergara Nunes (2016, p. 93), acrescenta ainda que as tecnologias estão impregnadas na sociedade e no cotidiano das pessoas e nas diversas atividades realizadas no dia-a-dia.

Dentre esse campo tecnológico cheio de novidades precisamos abordar nesse espaço, as tecnologias assistivas, que para Bersch (2008), são responsáveis por ajudar as pessoas com algum tipo de deficiência a realizar tarefas do cotidiano, buscando diminuir barreiras e proporcionar mais autonomia, comunicação e independência. Diante dessa afirmação, Vergara Nunes (2016, p 90), acrescenta ainda que as tecnologias assistivas merecem um olhar especial, pois contribuem de forma muito significativa para a inclusão e participação de seus usuários a sociedade. Ressalta ainda, que as tecnologias voltadas para as pessoas com deficiência visual, muitas vezes ainda possuem custos muito altos, o que dificulta a sua utilização pelos seus

usuários. Essa informação é desalentadora, visto que muitas tecnologias e recursos tecnológicos ainda são meros desconhecidos pela população em geral e sendo assim, muitas pessoas deixam de ser beneficiadas e incluídas. Voltando seu olhar para o deficiente visual Vergara Nunes (2016, p. 91), ressalta que:

Quando adotadas pelo usuário cego, as tecnologias assistivas podem propiciar o acesso a bens culturais, de lazer, entretenimento, assim como ao conhecimento visual. A autonomia propiciada pelas tecnologias assistivas às pessoas cegas na realização de suas atividades propicia-lhes trabalhar, estudar, ou seja, usufruir de todos os seus direitos como os demais de cidadãos

A partir disso, evidenciamos a audiodescrição, um recurso de acessibilidade considerado por alguns como sendo uma tecnologia assistiva, mas cabe questionar: será que a audiodescrição não seria um recurso que poderia ser encaixado dentro dos recursos de tecnologia assistivas? Levando isso em consideração, abordaremos a seguir o que seria uma tecnologia assistiva buscando entender a audiodescrição como uma tecnologia:

Para Nóbrega (2012, p. 48), a Tecnologia Assistiva (TA) é muito antiga, tão quanto a própria existência da humanidade. Ela acredita nisso porque pensando nos antepassados, os homens da caverna, eles desenvolviam e faziam uso de ferramentas/ acessórios com a finalidade de superar as barreiras impostas pela natureza e pelos problemas do dia a dia.

A partir disso, soluções práticas e objetos/ferramentas foram sendo criados para ajudarem na sobrevivência, independência e qualidade de vida e isso os impulsionou a continuar criando o que deu um rumo ao desenvolvimento: foi da pedra lascada ao metal fundido; do nômade ao sedentarismo e posteriormente a civilização (NOBREGA, 2012, p. 48).

Salientamos ainda que apesar de ser uma prática antiga, o que o homem fazia antigamente não era denominado tecnologia assistiva, pois, o termo é novo. De acordo com o estudioso Romeu Kasumi Sasaki (1996 e 2002), esse termo, conhecido nos Estados Unidos como *assistive technology* veio para o Brasil em 1998 e na nossa tradução ficou “coisa que assiste”; “coisa que ajuda”; “coisa que auxilia”. Sasaki (2002) e Vergara Nunes (2016),

destacam ainda que todas as tecnologias assistivas estão presentes nesses grupos e que esses termos podem variar de acordo com cada país.

De acordo com Rita Bersch (2008, p. 3) o termo tecnologia assistiva é “Usado geralmente para identificar todo o arsenal de serviços, equipamentos, estratégias e práticas que contribuem para proporcionar e ampliar habilidades de pessoas com alguma limitação motora ou sensorial, a fim de garantir sua autonomia e inclusão” (BERSCH, 2013, p. 3).

No ano de 2016, um comitê foi formado para discutir a construção e criação do eu seria essa chamada tecnologia assistiva:

Em 16 de novembro de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República- SEDH/PR, por meio da portaria 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), formado por especialistas brasileiros cujo objetivo é discutir e apresentar propostas de políticas governamentais entre sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de TA (BERSH, 2008, p. 3).

Nessa reunião, para elaborar um conceito de tecnologia assistiva que pudesse subsidiar as políticas públicas brasileiras, esse comitê com membros do CAT fizeram uma profunda revisão no referencial teórico internacional, pesquisaram os termos: Ayudas Tecnicas, Ajudas Técnicas, Assistive Technology, Tecnologia Assistiva e Tecnologia de Apoio. Acharam então alguns conceitos para suas buscas em Portugal, conceito elaborado por uma comissão de países da União Europeia e conceito usado nos Estados Unidos e com base nesses documentos em 14 de dezembro de 2007, esses especialistas, após revisão rigorosa do referencial teórico estrangeiro, aprovaram o seguinte conceito:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, p. 9).

Para Bersch (2013), a evolução tecnológica tem o propósito de transformar/deixar nossa vida mais fácil e ágil. Nossos dias não seriam os

mesmos sem as ferramentas que foram especialmente desenvolvidas para favorecer e simplificar as atividades do nosso cotidiano (talheres, canecas, computadores, controle remoto, automóveis, telefone celulares, relógios, entre outros), “são instrumentos que facilitam nosso desempenho em funções pretendidas” (NÓBREGA, 2012, p. 49).

As tecnologias assistivas foram criadas para proporcionar uma maior independência, autonomia e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, para melhorar a habilidade de aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

Pensando nos fins didáticos, Rita Bersch (2008 e 2013) propõe a classificação da TA em algumas categorias:

1. Auxílios para a vida diária e vida prática;
2. Comunicação aumentativa e alternativa;
3. Recursos de acessibilidade ao computador;
4. Sistema de controle de ambientes;
5. Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
6. Órteses e próteses;
7. Adequação postural;
8. Auxílios de mobilidade;
9. Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo;
10. Adaptação de veículos e auxílios para cegos e pessoas com visão subnormal;

Muitas são as categorias e produtos que podem ajudar a minimizar muitas barreiras para a pessoa com deficiência. Entre essas categorias, destacamos que a audiodescrição poderia pertencer a terceira (3), pois, nessa categoria entram alguns dispositivos de auxílio óptico (lentes, lupas e telelupas, softwares leitores de tela, hardwares como impressoras braile e lupa eletrônica) e também dispositivos de saída (sons, imagens e informações táteis).

Pensando nas tecnologias assistivas no campo educacional, para Bersch (2013, p. 12), uma tecnologia pode ser considerada Assistiva no campo educacional:

Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente. São exemplos de TA no contexto educacional os mouses diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores, softwares de comunicação alternativa, leitores de texto, textos ampliados, textos em Braille, textos com símbolos, mobiliário acessível, recursos de mobilidade pessoal etc.

Portanto não há dúvidas de que a audiodescrição deveria estar presente dentro dos recursos de Tecnologia Assistiva, pois, a falta desse recurso interfere no aprendizado, na autonomia e sem ele o deficiente visual não tem acesso à cultura e a informação.

A utilização de recursos assistivos, como a audiodescrição se configura como uma espécie de ferramenta de mediação de aprendizagem, cultural e comunicacional ao passo que intermédia o canal entre o receptor e o alvo de acesso.

Dando sequência, a relação da audiodescrição com as tecnologias e com os aparelhos tecnológicos de informação são inúmeros, principalmente a audiodescrição técnica que envolve todo um processo para ser concluída.

Graças ao *Boom* das revoluções tecnológicas da década de 90, muitos aparelhos se tornaram mais populares, desde então, a era das comunicações e informação estão quebrando barreiras e evoluindo cada vez mais.

Para a audiodescrição chegar ao telespectador não pode ser olvidado que é necessária uma quantidade significativa de aparelhos tecnológicos de última geração.

2.2 Audiodescrição na Educação

Os deficientes viveram socialmente ao longo da história uma vida repleta de exclusão e marginalidade, os quais, muitas vezes, eram excluídos até mesmo por seus familiares. Não se pode olvidar que durante muito tempo eram

mortos e abandonados como acontece ainda nos dias atuais em algumas tribos indígenas no Brasil.

Vale lembrar que foi necessário muitas lutas e protestos para que os alunos com algum tipo de deficiência começassem a ser “acolhidos” nas escolas. No entanto, se esmiuçássemos um pouco das políticas de inclusão desses alunos na educação, nos depararíamos com esse direito assegurado a muito tempo.

Um exemplo disso é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), que já tem mais de 60 anos e nela todas as nações do mundo afirmaram que todo e qualquer indivíduo tem direito a educação. E sendo assim, “cada indivíduo e cada órgão ou instituição deveria se esforçar, por meio da educação e ensino para promover o respeito e o direito a liberdade” (p,04).

Outro exemplo, no caso do Brasil é a constituição de 1988 que surgiu como forma de garantia aos direitos do povo brasileiro. Nela encontramos os dizeres “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (art. 5º caput). Assegura ainda no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo assim, o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania. Dando sequência, assegura o direito aos bens naturais sem qualquer tipo de discriminação “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (at.3º, inciso IV). No artigo 208, inciso III, garante o acesso à educação das pessoas com algum tipo de deficiência no ensino regular, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Chamamos atenção ainda, ao artigo 215, o qual estabelece que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Passado muito tempo após a constituição de 1988, pais e grupos comunitários e organizações de pessoas com deficiência iniciaram uma cobrança para que as pessoas com deficiência tivessem acesso a educação.

Assim em 1994, foi realizada uma Conferência que buscava uma Educação para todos, que contou com 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, se reuniram em Salamanca (Espanha) em cooperação com a UNESCO. Examinaram e discutiram

mudanças políticas de grande importância para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, capacitando as escolas para atender todas as crianças, dando ênfase para as com necessidades educativas especiais.

As discussões da conferência buscavam pôr em prática a construção de uma escola para todos, na qual, fossem aceitas todas as pessoas e suas diferenças que apoiem o aprendizado e respondam as necessidades individuais que cada pessoa possui. Acreditavam que a educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais não poderia progredir de forma isolada e deve fazer parte de uma estratégia global de educação, ou seja, uma política social e econômica que vem para mudar a estrutura escolar regular.

Assim, foi criado um documento que apontou aos países a grande necessidade de políticas públicas e educacionais para atender as pessoas de modo igualitário, independente de suas condições sociais, pessoais, econômicas e culturais. A declaração reforça a necessidade de incluir a pessoa com necessidades educacionais especiais:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

No entanto, após a conferência realizada na Espanha, alguns países começaram a se organizar buscando uma escola para todos, e esses direitos foram ratificados no marco legislativo de atendimento educacional especializado nos estabelecimentos de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que aponta em seu Art. 1º: “A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Destacamos na LDB a importância dos processos educativos e formativos de cada indivíduo em suas atividades, expressões e manifestações.

Destacamos aqui também, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento que foi nomeado pela portaria nº 555/2007 e pelas já mencionadas anteriormente LEIS 10.048 e 10.098 de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito social, cultural e educacional, apontam para as mudanças sociais e educacionais propostas em muitos Planos de Desenvolvimento Institucional Educacional, que tem entre suas metas o apoio às ações para atender as necessidades de todos, para proporcionar/constituir/estabelecer uma escola inclusiva.

Vale evidenciar ainda que o Brasil aprovou O Plano Nacional de Educação 2014-2024, com 21 metas e ainda está muito longe de cumprir, no mínimo, parte delas. Essas metas abordam questões como ampliação de matrículas, inclusão de pessoas com deficiência e valorização dos professores e trabalhadores da educação. Abrimos espaço para apontar a meta 4 que trata do acesso a educação básica:

Universalizar para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Logo, ressaltamos que tomando como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem – Tailândia, em 1990, e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), firmada na Espanha em 1994, o direito a educação, bens culturais e conhecimento já estariam assegurados para todos e de forma “igualitária”.

Nesse sentido cabe ressaltar que apesar do avanço, ainda estamos muito longe da inclusão sem segregação dos alunos com deficiência, para incluir necessitamos dos recursos disponíveis para que esses alunos tenham as mesmas chances de aprendizagem que os demais alunos. Pois não basta somente inserir os alunos com deficiência nas escolas, precisamos utilizar

recursos e meios para que eles consigam ter mais autonomia e oportunidades de aprender com os professores e os demais alunos.

Não podemos esquecer que uma das formas de superação das desigualdades nos dias de hoje é o conhecimento e o livre acesso em todos os espaços públicos. Sendo assim, a criação e manutenção de serviços de informações acessíveis ao cidadão é, sem dúvida, uma forma de reduzir as desigualdades sociais, e a escola é um local para tal.

São notórias as conquistas das pessoas com deficiência, porém é preciso ressaltar que muitos direitos ainda precisam ser concretizados, pois a inclusão é um processo em construção e embora esses direitos sejam garantidos, a sua efetivação está bastante distante e isso gera um processo de exclusão.

Nesse processo de mudança, não podemos negar que um longo caminho foi trilhado para se chegar a adesão de um tratado que contemple parte da população mundial, na qual os passos da inclusão social ainda são timidamente dados. Nesse ponto, a mesma coisa acontece com a audiodescrição, muitos anos de lutas para que ela começasse a ser implementada e com isso, vem avançando na televisão, teatros e filmes. Urge afirmar que na educação ela ainda é basicamente uma desconhecida. Uma questão importante a ser levantada é que a Lei 10.098 que assegura a audiodescrição no Brasil só faz menção a obrigatoriedade da audiodescrição em toda programação televisiva, não faz alusão desse recurso na escola ou em outros eventos culturais. Sendo assim, o que falta para a audiodescrição começar a ser utilizada na educação brasileira?

Para começarmos a abordar esse ponto precisamos descrever qual a importância da audiodescrição na educação, sem deixar de considerar que esse recurso chegou ao Brasil inicialmente para ser utilizado em espetáculos (filmes, peças, de teatro, óperas, entre outros). Portanto, sua finalidade principal era fazer com o que o deficiente visual tivesse mais acesso ao lazer e bens culturais.

Estamos presenciando que a audiodescrição está ganhando seu espaço nos locais de lazer e entretenimento: Muitos filmes, peças de teatro, óperas, exposições em museus, palestras, principalmente nos grandes centros já estão utilizando o recurso.

Para o professor Francisco Lima (2010), as pessoas com deficiência visual ficam, geralmente, excluídas dos direitos ao lazer e a educação, devido as barreiras comunicacionais, que impedem o pleno acesso as imagens que seriam importantes para a compreensão de um espetáculo, como também de um conteúdo escolar.

A divulgação do recurso para os deficientes visuais e também para as escolas se faz bastante necessário, já que esse recurso ainda é desconhecido pelas pessoas e pelos professores.

Franco e Silva (2010) acreditam que se a audiodescrição começar a ser aplicada na escola, como ela já vem sendo usada em outros contextos para a remoção de barreiras comunicacionais, todos os alunos ganharam com isso, principalmente, o aluno com deficiência visual, que deixará de ficar isolado e começara a participar e compreender melhor os conteúdos ensinados, pois, ele vai ter acesso a imagens e tudo a sua volta através das palavras. Para os alunos normovisuais a ad seria um recurso a mais de aprendizagem.

Cabe questionar se com o uso da audiodescrição no ambiente escolar é necessário a obrigatoriedade de ter um audiodescritor? De acordo com a estudiosa Livia Motta (2015), o conhecimento sobre o recurso, benefícios, aplicabilidade e algumas técnicas permitirá o uso como ferramenta e sem dúvida poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e abrirá mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos.

Por mais que as escolas têm buscado avançar em termos de recursos e formação para que seus docentes saibam lidar com as especificidades das deficiências, adaptações e tecnologias assistivas. Muitos alunos com deficiência visual, segundo Motta, ainda encontram dificuldades em seu processo de aprendizagem.

Essas dificuldades, segundo Nunes e Lomônaco (2010) vão desde a falta de materiais especializados para atender os alunos (materiais em braile e ampliados), até a falta de preparo por parte dos professores e falta de conhecimentos em saber a capacidade de aprendizagem desses alunos.

Conforme Masini (1997), os alunos com deficiência visual podem encontrar dificuldades em “criar um sistema de significação em virtude da falta de observação direta de ações, objetos, do movimento do corpo e das

expressões fisionômicas e gestuais, instrumentos de mediação semiótica que ajudam no entendimento e que são explorados na sala de aula” (1997, p. 12).

Portanto, se a criança com deficiência visual não tiver uma educação que as permita explorar o mundo e o seu próprio potencial, ela com certeza terá dificuldade para compreender conteúdos e interagir com seus colegas. Outros canais de percepção devem ser utilizados para a compreensão dos conteúdos na falta da visão (tato, audição, olfato, além do uso da linguagem).

Pensando nisso, a audiodescrição conseguiria ser um instrumento útil e eficaz na mediação de conteúdos, interferências, deduções e conclusões. Felicitando a participação completa dos alunos com deficiência visual nas muitas atividades escolares.

Cabe salientar que a audiodescrição é um grande recurso potencial para oportunizar a todos os estudantes nas escolas e também para ajudar na inclusão escolar. Pois, esse recurso pode ser adaptado a diferentes ambientes e em diferentes contextos.

Portanto na sala de aula, no contexto da educação inclusiva no ensino a estudantes cegos e com baixa visão e poderia expandir para os demais estudantes.

Destacamos que a audiodescrição na sala de aula ela pode ser feita de maneira mais informal, sem o uso da tecnologia, feita pelo professor e de forma face a face com seus alunos. Com esse recurso na escola o professor descreveria para seus alunos não somente o ambiente escolar, mas conteúdos: imagens, filmes, materiais utilizados nas atividades de ensino.

Para ilustrar a AD é muito mais que uma técnica de tradução, é uma técnica para inclusão, que se colocada em prática na escola deve contagiar todos os alunos a seguirem e aprenderem a utilizar essa técnica.

Salienta-se que nas escolas há uma grande demanda de alunos não atendidos quanto a material didático especializado. E pensando nisso, a AD poderia minimizar e ajudar na aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

A estudiosa Motta (2015) é uma das defensoras da AD na sala de aula como potencial recurso para uma Educação de qualidade, “o uso da audiodescrição na escola permite a equiparação de oportunidades, o acesso ao mundo das imagens e a eliminação de barreiras comunicacionais”.

A importância em descrever as imagens aos alunos vai além de trabalhar a comunicação e linguagem: quando o professor descreve uma imagem, ele abre perspectivas, cria comunicação e dá oportunidade a todos de verem e terem acesso ao conteúdo, pois, “as imagens provocam, ilustram, despertam interesses, emoções, estimulam, motivam, promovem a curiosidade, completam e antecipam os sentidos que serão construídos pela leitura, contribuindo para a compreensão do próprio texto/conteúdo escolar” (MOTTA, 2015, p. 07).

Com a audiodescrição como ferramenta pedagógica os professores poderão acrescentar em seus discursos, algumas descrições que julgassem importantes para a compreensão do que estivesse acontecendo no ambiente escolar e que permitisse visualizar e fazer uma leitura mais crítica dos elementos ali propostos.

O professor Felipe Leão Mianes (2015), acredita que todos os educadores são um pouco descritores e a sala de aula é um palco, no qual todas as informações contidas naquele palco são importantes para o deficiente visual interagir e expandir seus conhecimentos. “Os professores descrevem conteúdos, transmitem ideias e se comesçassem a descrever também o que está acontecendo a sua volta, e as imagens dos livros, teríamos o uso da audiodescrição na sala de aula” (2015, p.35).

Portanto, alguns professores sempre descreveram algumas ações, por exemplo, quando desenham no quadro, eles dizem o que estão desenhando, falam de alguma imagem que está exposta visualmente quando levam. A audiodescrição na escola ainda não é um processo sistemático e os poucos professores que descrevem alguns conteúdos não sabem que o que estão fazendo é audiodescrição. Claro que pensando na audiodescrição técnica, faltariam elementos e um maior domínio na parte de descrever por esses professores, mas, audiodescrição também é prática, mesmo o professor fazendo sem domínio no início, quanto mais praticasse, mais aprenderia a fazer.

Para o professor Mianes (2015), esse recurso ainda não foi ensinado ou apresentado aos professores como um recurso de tecnologia possível que poder ser feito também face a face, para ser feito só depende da iniciativa de cada docente.

O professor Felipe salienta ainda, que o ato de educar, e o ato de descrever o mundo são similares, pois, ao educar ou transmitir conteúdos os professores ajudam seus alunos a compreenderem e entenderem o meio em que vivem, preparando seus alunos para o mundo. Por isso o ensino e o uso da audiodescrição como ferramenta de ensino são tão essenciais na educação.

Vale evidenciar que os professores para ministrarem suas aulas precisam dominar os conteúdos serem ensinados, e geralmente quando um aluno não entende, o professor busca diferentes formas de explicar o mesmo conteúdo diversas vezes. Sem mencionar que ao iniciar o processo de aprendizagem o professor faz aquela introdução sobre o tema, preparando sua classe para a nova atividade. Será que podemos pensar nessa introdução ao conteúdo como um tipo de notas proemias? Isso porque elas antecedem uma descrição e transmite todas as informações, sem adiantar a descrição, para que o público entenda um pouco mais sobre as atividades/conteúdos que serão descritos.

Portanto, compreendemos as colocações do professor Mianes ao afirmar que todos os professores são audiodescritores, pois descrevem conteúdos o tempo todo na sala de aula (conhecem os livros didáticos muito bem, conhecem os conteúdos a serem descritos, entre outros), só necessitam descrever esses saberes/conteúdos de uma forma neutra e sem transmitir seus “achismos”.

A audiodescrição pode contribuir de forma muito significativa na aproximação de todos os componentes que frequentam a escola: professores e alunos; alunos e alunos; funcionários e alunos. Um exemplo que pode ilustrar os benefícios da audiodescrição na escola é a charge que Ricardo Ferraz fez para o *site* ver com palavras.



Figura 6: Conhecendo a escola com audiodescrição. Fonte: www.vercompalavras.com.br. Acesso em: 13 jun. 2016.

Não há dúvidas quanto aos benefícios da audiodescrição na escola, a figura 6 ilustra bem isso, a descrição das imagens pode ampliar e expandir as perspectivas e melhorar o conhecimento dos alunos com deficiência visual. Por isso precisamos usar esse recurso urgentemente nas escolas.

Com a audiodescrição conhecemos o ambiente escolar, as pessoas que fazem parte desse ambiente (colegas e professores), ou seja, uma infinidade de estímulos chega até nós pela descrição (formas, tamanhos, cores, dimensões, localização da mobília, estado de conservação, caracterização das pessoas, expressões fisionômicas e gestos).

Para Sá, Campos e Silva (2007), “os alunos com deficiência visual poderão ter dificuldades com o reconhecimento do ambiente escolar e com algumas atividades em sala de aula que privilegiem as imagens, o que pode gerar medo, insegurança e desmotivação”.

Só o professor pode promover as oportunidades de atividades com audiodescrição, como também interação e socialização dos alunos, buscando incentivar todos os alunos a serem mediadores e usuários da audiodescrição na escola.

Precisamos de alternativas para incluir os alunos com deficiência visual e precisamos que os professores descrevam os materiais didáticos com audiodescrição nas práticas de ensino.

Logo, Vieira e Lima (2010, p. 6), defendem que “dado o caráter estratégico do material didático no desenvolvimento intelectual dos alunos, é mister ampliar o estudo de técnicas que venham, de forma padronizada e segura, adequá-lo a uma ampla gama de necessidades estudantis”. E isso estaria de acordo com os princípios do desenho universal.

Dessa maneira, defender a audiodescrição como sendo o recurso mais adequado e que traria mais possibilidades em atender as necessidades e dar empoderamento aos alunos com deficiência visual (VIERA; LIMA, 2010, 6).

Em vista do exposto, necessitamos preparar e dar formação para esses professores descreverem conteúdos, pois formação é conhecimento e mesmo que ele não vá utilizar por não ter um aluno com deficiência visual ele pode utilizar como recurso pedagógico para os demais alunos. Os professores precisam mudar e incrementar novas formas de fazer a inclusão para trazer novas possibilidades aos seus alunos. Não conhecer e saber trabalhar com os recursos disponíveis é um problema é responsabilidade do seu processo formativo (MIANES, 2015).

É fundamental que as Universidades se deem conta de que a audiodescrição é algo muito necessário em todos os âmbitos, inclusive da pesquisa acadêmica. As faculdades de Pedagogia, Letras, Artes, assim como as demais faculdades de licenciaturas, estejam dispostas a ofertar disciplinas em seu currículo base que ensinem a utilidade da audiodescrição na educação.

Para finalizar, no conjunto de suas funções sociais compete à universidade ocupar o lugar de vanguarda na construção crítica do conhecimento e na solução dos problemas sociais. Esta deve, ainda, mostrar com clareza as contradições do todo social, propondo alternativas concretas para os problemas nele detectados. Capacitar profissionais para atuar com a população de pessoas com deficiências consiste em atender à demanda social emergente.

2.3 Audiodescrição em Mato Grosso do Sul: trilhando os caminhos da escola

A audiodescrição em Mato Grosso do Sul está ganhando espaço, principalmente, na capital do estado, Campo Grande, por lá já é possível encontrar alguns eventos com o recurso.

Em 2010 o Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos Florivaldo Vargas, em parceria com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, apresentaram um espetáculo teatral com o recurso da audiodescrição no Centro Cultural José Octávio Guizzo e no teatro Aracy Balabanian. O espetáculo *O Sono Entristecido da Lua Pantaneira* é de autoria da escritora sul-mato-grossense Sandra Andrade e foi adaptado para o teatro, sua temática é voltada para a preservação do meio ambiente de Mato Grosso do Sul. Ressaltamos que os atores da peça foram artistas e produtores cegos e normovisuais que fazem parte das oficinas de teatro e dança ministradas no ponto de cultura Novo olhar que fica no Instituto para Cegos. A peça ficou em cartaz em 2010 e 2011. Abaixo na Figura 7 apreciamos o folder da peça:


Ponto de Cultura
 Novo Olhar

Apresenta:
O Sono Entristecido
 Da
Lua Pantaneira

Audiodescrição e exposição do material
 cenográfico para os deficientes visuais.

Local: Instituto Sul Matogrossense para Cegos
Floralvaldo Vargas - ISMAC

Dias: 28 e 29 de maio de 2011

Direção:
 Myla Barbosa

Elenco:
 Alunos das oficinas de Ballet, Dança de Salão,
 Canto Coral, Capoeira e Música do
 Ponto de Cultura Novo Olhar.

Participação Especial:
 José Aparecido de Souza, Nivaldo Oliveira dos Santos,
 Maria de Lurdes Pontes (Grupo Luzes) e Fernando Cruz.

Apoio:

Silvia Stump
 Vitoria

Realização:

Flor e Espinho
 teatro



Figura 7: Cartaz do espetáculo teatral *O sono entristecido da Lua Pantaneira*. Fonte: <https://turismoadaptado.wordpress.com/2011/05/29/audiodescricao-e-material-cenografico-tatil-na-peca-%E2%80%99Co-sono-entristecido-da-lua-pantaneira%E2%80%99D/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

Um pouco antes do espetáculo as pessoas com deficiência visual participavam de uma exposição contendo figurinos e a maquete do cenário para as pessoas com deficiência visual tatear e manipular os materiais.

Desde o ano de 2011, Campo Grande recebe a Mostra de Cinema: Direitos Humanos na América do Sul, a mostra é nacional e conta com filmes que fogem das produções exibidas nos cinemas dos shoppings. Todos os filmes exibidos contêm o recurso de audiodescrição.

Já no ano de 2013 a maior Feira de decoração e construção de Mato Grosso do Sul - DECON/MS a feira contou pela primeira vez com o recurso da audiodescrição e outros recursos de acessibilidade. O evento aconteceu no Pavilhão de Exposições Albano Franco, em Campo Grande-MS.

No ano de 2015, tivemos a I Mostra Cultural *Ouvir e Tocar* com exposição de obras de arte, teatro e apresentações musicais com audiodescrição. Todas as obras foram produzidas pelos alunos do Núcleo de Convivência do CAP-DV/MS, Escola Municipal Arlindo Lima, sala de recursos multifuncionais da Escola Estadual Joaquim Murtinho e Instituto Sul-mato-grossense para Cegos Florivaldo Vargas.



Figura 8: Cartaz da I Mostra Cultural *Ouvir e tocar*. Fonte: <http://www.sed.ms.gov.br/centro-de-apoio-pedagogico-ao-deficiente-visual-realiza-i-mostra-cultural/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

Em 2016, as exposições que aconteceram no 17º Festival de Inverno de Bonito contaram com o recurso da audiodescrição, o que foi uma novidade,

pois pela primeira vez em sua programação o FIB ofertou uma exposição com todos os recursos de acessibilidade. As audiodescritoras responsáveis pela audiodescrição foram Ivone dos Santos da secretaria de cultura e a especialista em audiodescrição pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Cândida Abes do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-DV/MS).

Também no ano de 2016 o Museu de Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul (MIS) ofertou obras audiovisuais para os frequentadores do Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos Florivaldo Vargas.

Se tratando de cursos em audiodescrição, o primeiro foi oferecido no ano de 2010, pelo Ismac (Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos Florivaldo Vargas), o curso foi gratuito e tinha como objetivo capacitar profissionais para atuarem na produção de materiais pedagógicos acessíveis. Foram ofertadas 40 vagas para a região centro oeste, destas 22 para o Mato Grosso do Sul. O curso tinha a carga horária de 80 horas (40h presenciais e 40h à distância). O Evento contou com diversas parcerias: CBM (Christoffel-Blindenmission) - Missão Cristã para Cegos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Associação Brasileira de Assistência ao deficiente visual (LARAMARA).

No ano de 2015 a especialista em audiodescrição pela universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF Cândida Abes (CAP-DV/MS), ofereceu o curso de capacitação *Noções básicas da audiodescrição*, o curso foi resultado do seu trabalho de conclusão de curso/TCC que tinha como tema *curso de capacitação para professores de introdução à audiodescrição: relato de experiência realizada no centro de apoio pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual – CAP/DV – Campo Grande – MS*, o curso contou com a coordenação da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

Não localizamos na cidade de Dourados nenhum evento, artístico e educacional/curso de formação com o recurso da audiodescrição. No entanto, alguns professores do núcleo em braile, Nuesp, UEMS e UFGD participaram de um curso que aconteceu no ano de 2010 na cidade de Campo Grande/MS.

Dado que justifica a relevância dessa pesquisa que será realizada com professores de algumas escolas.

Para a realização do curso foi necessário traçar um plano para escolha das escolas e dos professores. Esse plano levou em consideração a diversidade e adversidades encontradas em cada localidade/bairro que se encontra cada escola. Como também se a escola é pequena, média ou grande.

Portanto, no primeiro momento, planejamos selecionar três escolas, uma de cada rede de ensino (municipal, estadual e particular) e de diferentes localidades. A fim de recolher amostras dos mais diversos contextos escolares e levando em consideração as disparidades políticas e econômicas encontradas em cada escola, buscando dar conta da diversidade.

No entanto, com a atual situação que se encontram as escolas, greves que ocorreram no ano de 2016 e 2017 nas escolas municipais e estaduais e também nas Universidades, calendário escolar apertado e aulas ocorrendo nos finais de semana, foram acontecimentos que dificultaram estender a ponte do conhecimento e interação entre universidade e escola. Frisamos ainda que com o corte das bolsas dos professores do Programa Instituição de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), por parte do Governo Federal, boa parte dos professores acreditam que as Universidades foram responsáveis pelos cortes das bolsas e se fecharam para a participação em pesquisas.

Com esses obstáculos, a seleção das escolas teve que ser repensada, pois dentre as 04 (quatro) estaduais procuradas para a realização da pesquisa, 02 duas não demonstraram interesse e as outras 02 (duas) no primeiro momento foram receptivas e ficaram de conversar com seus professores, mas depois não aceitaram e salientaram a dificuldade de comunicação com todos os professores/horários diferenciados. O que é justificável, pois como o ano letivo está começando, os professores ainda se encontram sem um horário de aula definido/toda semana troca o horário e isso dificulta o acesso a eles, assim como, sua participação na pesquisa.

Dentre as 04 (quatro) escolas municipais procuradas nenhuma se interessou pela pesquisa, os diretores solicitaram os questionários para repassarem aos professores e após longa espera pelos questionários

descobrimos que não foram entregues aos professores e os que foram entregues, não foram devolvidos.

Nas 02 (duas) escolas particulares que procuramos não conseguimos conversar com os diretores e coordenadores, deixamos o telefone para marcar um horário e não fomos procurados, ligamos para falar com os responsáveis e eles não se interessaram pela realização da pesquisa com os professores da escola.

Conseqüentemente, por não conseguir executar o primeiro plano da escolha das escolas (realizar o curso com professores de três escolas diferentes e de localidades diferentes), tivemos que desenvolver o segundo plano de escolha/mudar de estratégia que antes era diversidade e passou a ser receptividade e acessibilidade por parte dos professores, isso porque na maioria das escolas procuradas, os professores se recusaram a participar da pesquisa.

Desse modo, procuramos uma escola que tem como perfil a Educação de Jovens e Adultos e que concentra uma quantidade significativa de professores no período matutino, vespertino e noturno, tendo uma rotatividade diária de 08 (oito) professores diferentes de cada área do conhecimento, e dentre esses professores, encontramos professores que ministram aulas em outras escolas: municipal, estadual e particular.

Salientamos novamente que o primeiro plano traçado para a escolha das escolas seguiu o critério científico: selecionar diferentes tipos de escola, de diferentes localidades e de diferentes ações políticas. Mas, pelas circunstâncias e pela realidade encontrada na hora da abordagem/aplicação do questionário, a amostragem acabou sendo o retorno colaborativo/professores aceitaram participar da pesquisa.

Parte dos professores que participaram da pesquisa ministram aulas em outras instituições de ensino (municipal, estadual e particular). Após a aplicação do questionário percebemos que não há diferença entre os professores.

CAPITULO III - AUDIODESCRIÇÃO: CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.AUDIODESCRIÇÃO: CAMINHOS METODOLÓGICOS

É indispensável instrumentalizar didaticamente a escola para trabalhar com a diversidade. Nem a diversidade negada, nem a diversidade isolada, nem a diversidade simplesmente tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica: este me parece ser o grande desafio do futuro (FERREIRO, 2001, p. 12).

Inserir a audiodescrição no ambiente escolar é um grande desafio, visto que esse recurso precisa ser mais difundido entre professores e seus usuários, além de ofertado em cursos que demonstrem como utilizá-lo na sala de aula e seus benefícios para a inclusão daqueles alunos que necessitam de um recurso a mais para compreender os conteúdos ensinados de uma forma mais ativa e eficaz. Se o recurso fosse utilizado pelos professores, muitas barreiras seriam diminuídas, entre elas a comunicacional, criada pela falta de comunicação entre professores/alunos e alunos/alunos, por isso precisamos oportunizar a todos de uma forma mais “igualitária”, dando empoderamento para que todos os indivíduos tenham um papel ativo na sociedade em que vivem.

Pensando nisso, esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma ação pedagógica para os professores das escolas da cidade de Dourados, buscando testar e validar um instrumento pedagógico criado para colaborar/auxiliar os professores no uso da audiodescrição na sala de aula.

A pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa por acreditarmos que a combinação de coleta e análise de dados pode fortalecer o resultado da mesma. A abordagem metodológica é baseada em autores (MUELLER, 1973; BOBBIO, 1998) que abordam e argumentam que uma comunicação bloqueada e um acesso desigual a informações atingem diretamente a cidadania do indivíduo na tomada de decisões importantes para sua vida em sociedade.

Para o desenvolvimento da metodologia usaremos o estudo de painel, pois como a audiodescrição é um recurso que está sendo implementado gradativamente e novas pesquisas estão surgindo, o estudo de painel permite identificar e acompanhar esses novos achados, o que enriquece ainda mais a pesquisa.

Abordaremos nesse capítulo o percurso metodológico percorrido por esta pesquisa e para uma melhor compreensão, dividimos em duas partes: na primeira, apresentaremos o que seria o estudo de painel e sua importância para esta pesquisa. Na segunda parte discutiremos sobre os procedimentos e instrumentos de coletas de dados que utilizamos, dividindo cada etapa para uma melhor compreensão.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é uma das partes mais importantes de um trabalho. Visto isso, esmiuçar cada parte de uma metodologia é um grande desafio, principalmente quando devemos refletir se o percurso teórico-metodológico se encaixa a metodologia proposta.

Nesse sentido, o percurso teórico-metodológico escolhido para responder às hipóteses tem como objetivo fundamentar as etapas do processo de investigação dessa pesquisa. Para o levantamento e análise dos dados utilizamos mais de um procedimento, que estão presentes no texto nos materiais e instrumentos utilizados. Na execução da pesquisa aplicamos a abordagem qualitativa e quantitativa para comprovar um fato, dado ou solução de um problema.

O pesquisador precisa pôr em prática o seu potencial criativo, buscando aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa com os dados levantados, o que não é uma tarefa fácil. Sendo assim, essa pesquisa partiu de um longo e extenso levantamento bibliográfico sobre a audiodescrição que sempre se fez presente ao longo do nosso estudo, pois como esse recurso está em crescimento no país, sempre surgem novos dados.

Esta proposta de pesquisa teve como *corpus* questionários com 11 questões abertas e fechadas para 6 professores de Arte, 1 de Biologia, 5 de Educação Especial, 4 de Educação Física, 1 de Geografia, 1 de História, 3 de Língua Portuguesa e 1 de Química.

As questões buscam verificar o nível de conhecimento e interação desses professores citados acima com a audiodescrição. O questionário foi aplicado de forma isolada, professor por professor.

Após a aplicação, foram feitas a interpretação e a análise das respostas por meio do programa Excel.

Para uma melhor compreensão dos caminhos, procedimentos e instrumentos metodológicos aplicados no decorrer desta pesquisa, criamos o esquema abaixo:



Figura 9 – Etapas da pesquisa. **Fonte:** Elaborado pelos autores.

Os caminhos metodológicos percorridos até a qualificação foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de mídias e criação do questionário, ressaltamos que como já dito anteriormente esses procedimentos foram realizados até o fim da pesquisa pela a audiodescrição ser um recurso novo e que está sempre em constante mudança e cheia de novidades.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), “o referencial teórico permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados”.

Em relação às discussões teórico-bibliográficas buscamos discutir o conceito de comunicação bloqueada e sua relação com a audiodescrição, ou seja, se uma pessoa tem acesso desigual a certas informações, esse indivíduo começa a ter uma participação desigual na sociedade na qual está inserido e passa a ter uma comunicação bloqueada. Isso porque a comunicação assume um papel predominante e determinante nas relações dos indivíduos e nas relações políticas, principalmente na participação efetiva na tomada de decisões, conhecimento e cunho democrático.

Assim, buscamos para colaborar com essa pesquisa, referenciais teóricos que contemplassem o problema e o objeto de pesquisa abordado, pois o referencial teórico precisa ajudar a responder a nossa hipótese de que os professores da sala de aula comum desconhecem o recurso da audiodescrição.

Desse modo, o conceito de comunicação a partir dos constructos teóricos de Bobbio (1998) e Mueller (1975) vem ao encontro dos benefícios que a audiodescrição na sala de aula proporciona/barreiras comunicacionais diminuídas e alunos mais críticos, comunicativos e participativos nas tomadas de decisões importantes que atingem diretamente sua cidadania.

Para Bobbio (1998, p. 20), todo contato humano está sujeito e compreendido por comunicação política, que faz uso dos meios de comunicação em massa para transmitir mensagens de opinião que influenciam as atitudes da população, cabe frisar que se até mesmo os normovisuais são influenciados por esses veículos de comunicação em massa, quem dirá as pessoas com algum tipo de deficiência que não têm o acesso a essas informações para se empoderar diante da sociedade?

Essa questão nos faz refletir sobre a importância de uma programação televisiva (jornais, publicidade, novela, entre outros) com conteúdos mais acessíveis a todos, pois a audiodescrição traduz imagens em palavras e talvez com seu uso diário na televisão toda a população que não prestasse a atenção nas mensagens visuais tivesse uma informação a mais para compreender a manipulação midiática.

Bobbio (1998) aponta que na teoria das comunicações a decisão é um tipo de manifestação de poder e acrescentamos que só é possível tomar uma decisão quando nos empoderamos de forma direta de um determinado assunto.

Uma pessoa que não consegue agir na tomada de decisões importantes da sociedade prejudica a si e à nação. Para Mueller (1975, p. 203) só é possível desempenhar um papel eficaz na comunicação política com uma capacidade linguística e cognitiva desenvolvida. Portanto, para se ter uma efetiva comunicação na sociedade é preciso estar livre de embaraços e distorções.

De acordo com Santos (2009), se olharmos pela vertente do “acesso comunicacional” da sociologia das comunicações de massa, um acesso desigual aos recursos de comunicação tem efeitos determinantes na distribuição do poder político dentro dos diversos grupos organizados.

Bobbio (1998) aponta que a teoria de Claus Mueller se concentra na desigualdade do acesso ao poder e controle político, isso ocorre devido à incapacidade dos grupos não privilegiados se empenharem no acesso igual aos direitos a uma comunicação eficaz. Mueller estuda três tipos de comunicação distorcida em sua teoria: a manipulada, a bloqueada e a indiretamente manipulada:

- A primeira faz alusão aos regimes totalitários, nos quais tanto os sistemas de comunicação de massa quanto as políticas postas em práticas pelos Governos são subordinados pelas propagandas.

- A segunda ocorre nos processos de socialização primária, em que há uma diferenciação clara entre os indivíduos de acordo com a classe à qual pertence. Existe uma estratificação social da linguagem, em que se acredita

que a cada passo dado para trás na pirâmide social a linguagem vai ficando menos rica, rebuscada e articulada:

Isso predispõe à interiorização de valores diversos, em vinculação com as diferenças de código lingüístico e de capacidade cognitiva: maior predisposição à aceitação da autoridade, ao conformismo de grupo, etc. (heterodireção), nas classes inferiores, maior predisposição ao desenvolvimento de uma personalidade mais autônoma e mais concentrada sobre si mesma (autodireção), nas classes média-altas. A estrutura dos valores tende, pois, a vincular-se à estrutura dos sistemas lingüísticos, desigualmente desenvolvidos, e, desse modo, í. robustecer e a reproduzir as desigualdades Econômicas e políticas fundamentais (BOBBIO, 1998, p. 204).

- A terceira está relacionada à manipulação indireta da comunicação de massa pelo Governo e grupos privados.

Destacamos que nessa pesquisa fazemos o uso diretamente da comunicação bloqueada devido ao acesso e oportunidades desiguais às informações. Acreditamos que o acesso desigual a esses conteúdos do meio de comunicação implica diretamente na distribuição do poder e na tomada de decisões.

A teoria da comunicação bloqueada de Mueller nos oferece subsídios para pensarmos na escola e nos professores como potencializadores para o uso do recurso da audiodescrição na sala de aula, para assim diminuirmos as várias barreiras encontradas: atitudinais, comunicacionais e sociais. Precisamos pensar em uma escola mais acessível e que pense na aprendizagem a partir do desenho universal.

Portanto, para uma melhor compreensão teórico metodológica desse trabalho é preciso compreender cinco pontos chaves e básicos:

- 1- Vivemos em uma sociedade tecnológica, na qual a maior parte das vivências (trabalho, lazer, estudos, relacionamento social, política, entre outros) é mediada pelas tecnologias, sobretudo, internet e televisão.
- 2- Nessa sociedade tecnológica os acessos às oportunidades de comunicação são essenciais e condicionadoras da cidadania.

- 3- Enquanto meio, há razoáveis oportunidades de acesso as tecnologias de comunicação, mas não é igual para todos, sobretudo para as pessoas com deficiência (a televisão é disponível praticamente para todas as pessoas, mas a audiodescrição ainda não).
- 4- Se você amplia as oportunidades de comunicação tecnológicas para um maior número de pessoas, incluindo as pessoas com algum tipo de deficientes, também se amplia a cidadania, visto que essas pessoas vão poder: trabalhar, estudar, ter acesso a lazer, informações, entre outros.
- 5- Para ampliar essas oportunidades é necessário ir além do acesso técnico aos meios, atingindo a divulgação e a preparação para a utilização protagonista desses meios tecnológicos e deve ser feito por meio da comunicação.

No próximo subitem apresentaremos um passo a passo de cada etapa dessa pesquisa.

Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo de uma pesquisa depois de definido o tema/assunto que será abordado. Com o levantamento bibliográfico, adquirimos informações pertinentes para o andamento da pesquisa, assim como o que está sendo publicado sobre o tema; repetições de pesquisas; métodos de investigações similares, entre outros.

Esta pesquisa contou com um levantamento bibliográfico realizado a partir de combinações de palavras feitas nas maiores 15 (quinze bibliotecas) do país, em três livrarias, além de sites da CAPES e do CNPq.

Na busca foram inseridas 22 (vinte e duas) combinações de palavras e entre elas, o operador *booleano* AND para restringir e obter resultados mais satisfatórios. Ressaltamos que os resultados obtidos a partir do levantamento bibliográfico se encontram no capítulo 1: Audiodescrição e seu Estado da Arte. A pesquisa bibliográfica teve início em abril de 2015 e foi finalizada em março de 2016. Na figura 09, logo abaixo, apresentamos um esquema de como foi

realizada as buscas, bibliotecas e exemplos de algumas combinações de palavras:

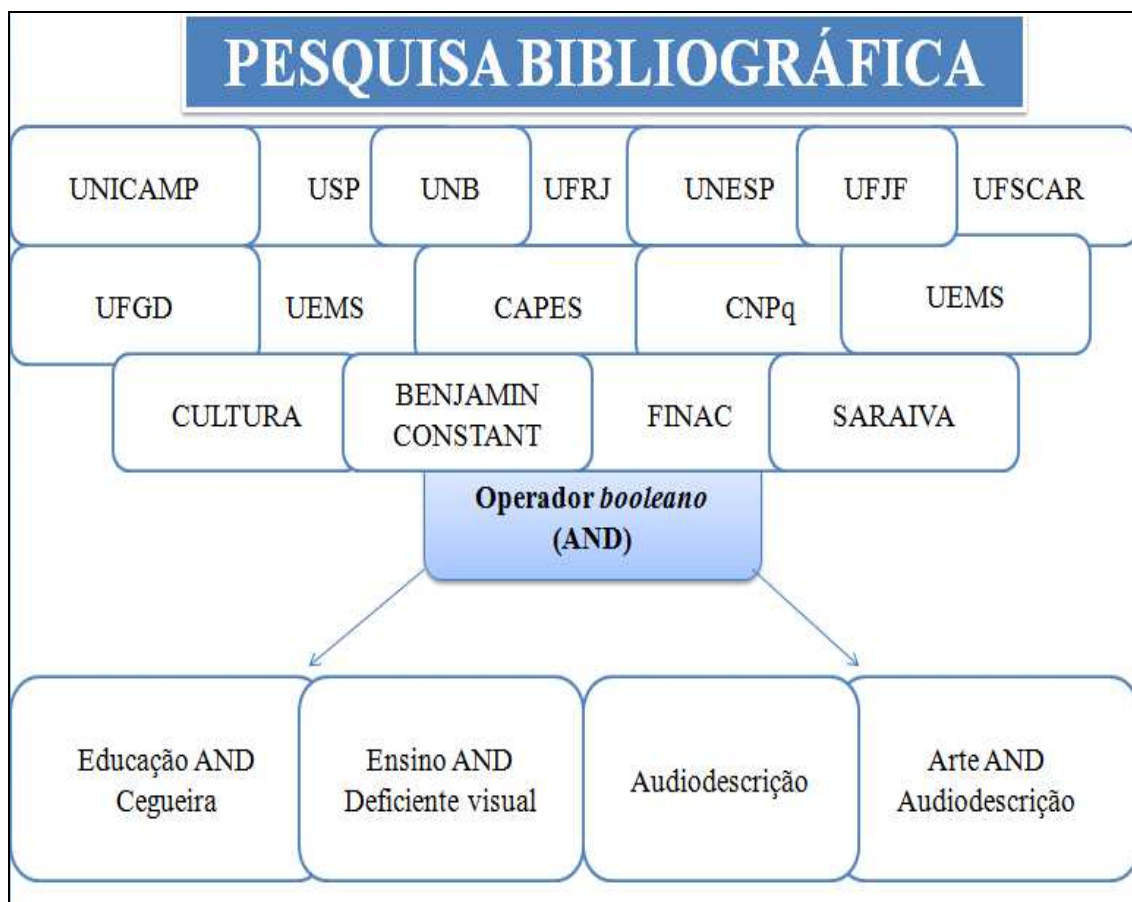


Figura 10: Pesquisa bibliográfica. **Fonte:** Os autores

A realização do levantamento bibliográfico demandou tempo e paciência, visto que muitas das obras encontradas já tinham aparecido em outras buscas, o que ocasionou em uma quantidade enorme de obras repetidas, que foram excluídas posteriormente.

A seleção das dissertações, teses e livros foi feita após cortarmos as repetições e trabalhos que antecederiam o ano de 2006, o que resultou em uma lista bruta de 58 (cinquenta e oito) trabalhos, os quais foram lidos e fichados, e suas discussões se encontram ao longo dos capítulos.

Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi realizada de maneira densa e exaustiva, pois fizemos uma varredura nos documentos sobre acessibilidade, audiodescrição e inclusão. Nessa etapa, foram averiguados e estudados os documentos legais que regem a acessibilidade para as pessoas com deficiência no Brasil, o que permitiu compreender como a legislação vigente preconiza a oferta de tais recursos em comparação aos dados (realidade) encontrados na pesquisa de campo.

Após uma longa busca de trabalhos que já tivessem feito um levantamento das Leis, decretos e portarias que regem e subsidiam a audiodescrição no Brasil, nos deparamos mais uma vez com a inexistência de trabalhos sobre isso, o que resultou em começar o mapeamento desses documentos do zero.

Iniciamos as buscas procurando notícias na *internet* que abordassem algumas novidades na implementação da audiodescrição e conseguimos localizar uma ou outra.

Diante disso, ressaltamos que essas leis, decretos e portarias não eram publicados na íntegra, sendo apenas mencionadas pelos *sites* de notícia, o que nos levou a buscar documento por documento nas páginas governamentais, como a da figura 11 abaixo:

www.mc.gov.br/component/search/?searchword=audiodescrição&searchphrase=all&Itemid=180

BRASIL Serviços Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé A+ A A-

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Ministério das **Comunicações**

Buscar no portal

Ouvidoria Serviços Imprensa Agendas

Página inicial

Buscar

Buscar palavra-chave:

audiodescrição

Total: 18 resultados encontrados.

- Portaria nº 332/A, de 2 de dezembro de 2013**

... da **audiodescrição**, seguindo o cronograma da Norma Complementar nº 01/2006. ...

Registrado em: Directory/2013
Criado em 17 Dezembro 2013
- Portaria nº 661, de 14 de Outubro de 2008**

Publicada no Diário Oficial da União de 15/10/2008 e retificada em 16/10/2008. Submete a comentários públicos temas relativos à promoção da acessibilidade através da **audiodescrição** no serviço de radiodifusão de sons e imagens e serviço de retransmissão de televisão e encerrando a aplicabilidade das súbitas suspensas a partir do término dos serviços ...

Registrado em: Directory/2008
Criado em 13 Outubro 2008

Ordenação:

Recentes primeiro

Buscar por:

- Todas as Palavras
- Qualquer palavra
- Frase exata

Buscar Somente:

- DOCman
- Directory
- Categorias
- Contatos
- Artigos
- Fonte de Notícias

Figura 11 - Captura da página principal do site do Ministério das Comunicações.

www.anatel.gov.br/institucional/busca?searchword=audiodescrição&searchphrase=all

BRASIL Serviços Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Anatel
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Buscar no portal

Perguntas Frequentes Contato Glossário (Nova janela) Sistemas Interativos Imprensa Processos Administrativos Correo Anatel

BOAS VINDAS INSTITUCIONAL CONSUMIDOR SETOR REGULADO DADOS

PÁGINA INICIAL > BUSCA

Buscar

Buscar palavra-chave:

audiodescrição

Aproximadamente: 2 resultados encontrados.

- Resolução nº 667, de 30 de maio de 2016 - Portal de Legislação da Anatel (Resoluções, Leis, D**

Ir direto para menu de acessibilidade. Portal do Governo Brasileiro Acessibilidade Auto contraste Mapa do site Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a

Criado em 06 Outubro 2016
- Boletim de Jurisprudência nº 28/2015 período de 09/07/2015**

Boletim de Jurisprudência Número 28/2015 Período 09/07/2015 a C descumprimento deliberado de disposição normativa. Reuniões, CI

Criado em 25 Agosto 2015

Figura 12 - Captura da página principal do site da ANATEL.

Essa pesquisa foi realizada também nas páginas do Senado Federal, Câmara, Portal Brasil, Ministério da Educação, entre outros.

Ao procurar esses documentos pelo nome de audiodescrição não obtivemos um resultado satisfatório, visto que encontramos apenas um que fazia menção à audiodescrição. O restante dos documentos usava o termo descrição e narração com voz de cenas e imagens e radiofusão de sons e imagens, o que dificultou ainda mais a localização desses documentos. Os resultados da pesquisa documental se encontram no capítulo 1: Audiodescrição e a Legislação.

Criação e aplicação do questionário

O questionário é uma ferramenta significativa e largamente utilizada nas pesquisas científicas, sendo um instrumento que auxilia na produção, recolha e análise dos dados, precisando ter uma sequência lógica, precedido de informações claras para que se obtenha êxito as informações que necessita.

É necessário ressaltar a importância de uma linguagem clara e ser organizado de uma forma que o público alvo possa interagir sem dificuldades, garantindo a efetividade do processo e baseando-se sempre pelo princípio da neutralidade, clareza e coerência.

O questionário desta pesquisa foi criado a partir dos dados obtidos nos levantamentos bibliográfico, documental e de mídias. Nosso objetivo com a aplicação do mesmo foi verificar o nível de conhecimento e interação dos professores de Arte, Biologia, Educação Especial, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Química com a audiodescrição.

Sua composição foi de forma mista, ou seja, possui questões abertas e fechadas. Em relação ao número de questões foram definidas em onze, sendo a primeira aberta e dez de múltipla escolha.

As questões foram construídas buscando responder se os professores conhecem ou não a audiodescrição. Sendo assim, salientamos o objetivo de cada questão presente no questionário:

- Questão 1: Aberta. Saber um pouco mais sobre cada professor: disciplina ministrada, idade, sexo e se tem algum parente com audiodescrição.

Acreditamos ser relevante saber a área de formação dos professores que participarem da aplicação do questionário. Em relação à idade, nos daria a noção se o professor conhece por ser mais novo ou por ser mais velho e ter feito especialização em educação especial. Quanto ao sexo, se as mulheres conhecem mais o recurso do que os professores homens. Caso ele conheça o recurso, que relação tem com o fato ou não de possuir um parente com deficiência visual?

- Questão 2: fechada. Busca saber se o professor conhece a audiodescrição. Caso conheça, qual o grau de conhecimento? É uma questão importante para que possamos definir qual tipo de material preparar para a oficina teste que vai ser ofertada para esses profissionais.

- Questão 3: fechada. Saber se o professor já acessou a audiodescrição na televisão. Caso todos saibam, não precisamos ensinar de forma aprofundada como ter acesso a conteúdos com esse recurso.

- Questão 4: fechada. Tem por finalidade saber se o professor já assistiu algum evento cultural com audiodescrição. Com essa informação seja positiva, poderíamos mapear o que ele costuma ter como divertimento.

- Questão 5: aberta. Está ligada à questão 4, se ele assistiu gostaríamos de saber qual o nome da peça ou filme.

- Questão 6: fechada. Saber se o professor ministra aulas para alunos com deficiência visual e, caso conheça o recurso, se já buscou utilizá-lo na sala de aula.

- Questão 7: fechada. Saber se o professor já buscou materiais com acessibilidade ou até mesmo recursos que ajudassem seus alunos com deficiência visual a compreender melhor suas aulas.

- Questão 8: fechada. Tem por finalidade averiguar se o professor tem diálogo com seus alunos com deficiência e, com base nisso, saber se já perguntou como está a compreensão desses alunos em relação aos conteúdos da disciplina.

- Questão 9: fechada. Investiga que tipo de aparelho de televisão o professor tem em casa, uma vez que é preciso um determinado modelo de aparelho para ter acesso a conteúdos com audiodescrição. Essa informação

nos fará entender se esta é uma das razões pelas quais ele tem ou não acesso aos conteúdos.

- Questão 10: Saber qual o tipo de sinal de televisão (analógico ou digital) o participante tem disponível em sua casa, pois isto interfere na recepção de conteúdos com o recurso AD.

- Questão 11: fechada. Busca compreender que tipo de aparelho o participante tem em sua casa e qual a sua polegada, uma vez que, como já mencionado, para ter acesso a conteúdos com audiodescrição é necessário ter um certo modelo de aparelho e ainda dependendo do tamanho caixa de saída de som pode interferir na qualidade do som.

Após definir as questões, tivemos que decidir em quantas escolas aplicaríamos o questionário e quais seriam os professores/ disciplinas que aplicaríamos e quantos professores por disciplina.

A princípio, na busca por amostras mais adversas, decidimos aplicar o questionário em três escolas de Dourados: uma municipal, uma estadual e uma particular. Aplicaríamos o questionário para vinte professores (08 de Artes, 04 de Educação Especial, o que foi uma sugestão da banca de qualificação, 03 professores de Educação Física, 2 de Língua Portuguesa, 1 de História, Geografia e Biologia).

Portanto, fizemos os primeiros contatos na escola, com a direção e deixamos os questionários, como era início do ano letivo, os professores não tinham um horário definido e mudavam a toda semana. Isso foi realizado nas três primeiras escolas: municipal (escola A), estadual (escola B) e particular (escola C).

Ao retornar na escola A, insistentemente, o diretor explicou a dificuldade de encontrar os professores e disse que deixou os questionários na sala dos professores. Mas, os mesmos não foram devolvidos a ele.

Na escola B, também retornei insistentemente e o diretor disse que não teve interessados em participar da pesquisa e devolveu os questionários, nos quais ele já tinha escrito o nome de cada professor da escola que iria responder.

A escola C, demonstrou interesse no primeiro momento, principalmente conversando com a diretora e a coordenadora, que ficaram com os

questionários e quando fui recolhê-los na data estipulada pela diretora, a mesma não demonstrava mais o interesse e completou afirmando que os professores não se interessaram em participar da pesquisa.

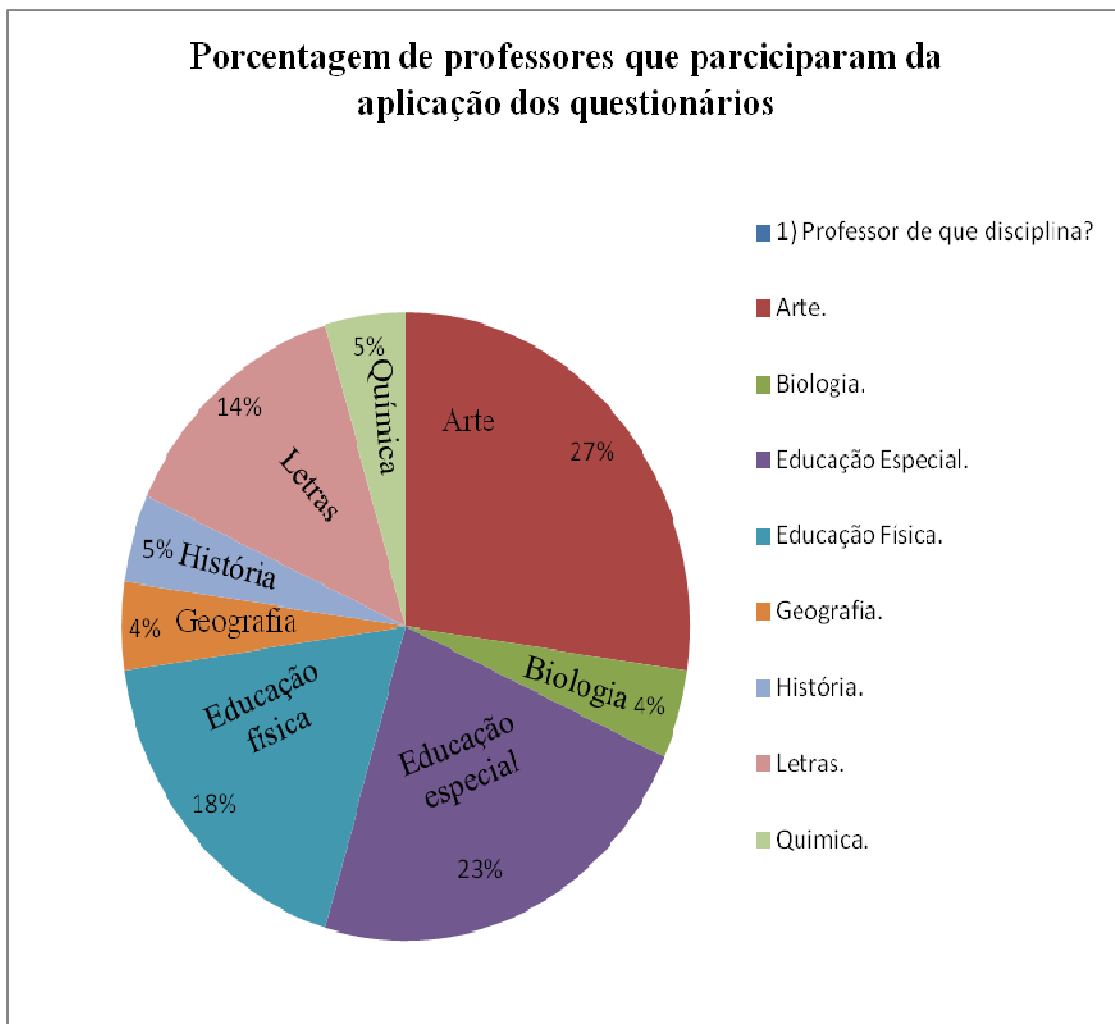
Esse processo se repetiu por mais três vezes e sempre a justificativa era que os professores não eram encontrados e os que eram não queriam colaborar com a pesquisa.

Como precisava aplicar o questionário, tivemos que mudar de estratégia e procurar uma escola na qual os professores fossem mais acessíveis e colaborativos. Assim, passamos um dia inteiro na escola que tem como foco a Educação de Jovens e Adultos e faz uma rotatividade de quatro professores a cada 4 horas, por dia encontraríamos 8 professores de cada área, sendo fundamental e médio, salientamos ainda, que esses professores ministram aulas em outras escolas (municipais, estaduais e particulares). Destacamos que nessa escola havia dois alunos com deficiência visual matriculados e nas demais escolas matriculadas também.

Com todas as adversidades, finalmente os questionários foram aplicados individualmente, no ambiente escolar, alguns não aceitaram participar da aplicação, mas os demais contribuíram de forma satisfatória e se mostraram interessados no curso teste da pesquisa.

A análise/tabulação dos dados foi feita no Excel, programa que facilita, consolida e ajuda na contagem e montagem de gráficos e tabelas dinâmicas a partir dos dados escolhidos.

Gráfico 01- Porcentagem de professores que participaram da aplicação dos questionários



Fonte: criado pelos autores

Como tivemos que mudar a estratégia de aplicação do questionário que antes era: aplicar em três escolas diferentes, entre elas, municipal, estadual e particular e de preferência de localidades diferentes para recolhermos uma amostra mais diversificada possível. No entanto, com os problemas adversos encontrados: greve das escolas estaduais, municipais e das Universidades, professores se recusando a participar da pesquisa, entre outras coisas. Tivemos que traçar uma nova estratégia de escolha, que se deu por: escola e professores participativos e colaboradores. Portanto, o questionário foi aplicado para 22 (vinte e dois) professores que estão divididos

entre: 06 de Artes, 01 de Biologia, 05 de Educação Especial (acompanhantes), 04 de Educação Física, 01 de Geografia, 01 de História, 03 de Língua Portuguesa e 01 de Química.

A aplicação do questionário comprovou que os professores de sala de aula desconhecem totalmente o recurso da audiodescrição. Apenas uma professora de Educação Física já tinha ouvido falar, mas não sabia o que era, e destaco que essa professora somente já tinha ouvido falar por ter feito especialização em Educação Especial. De todos os professores que responderam o questionário nenhum possui parente e aluno com deficiência visual.

Os professores que já tinham ouvido falar do recurso possuíam especialização em educação especial e trabalhavam diretamente com alunos cegos. Destaco ainda, que entre essas professoras acompanhantes, uma já tinha feito curso sobre audiodescrição, o curso foi ofertado em Campo Grande pela professora Cândida Abes que fez especialização em audiodescrição/UFJF.

Elaboração da atividade didática

Para o desenvolvimento dessa etapa de pesquisa foi necessário ter em mãos a tabulação dos questionários. Pois como os professores não conhecem a audiodescrição, não era viável e possível oferecer o curso sem antes trabalhar os princípios básicos da audiodescrição.

Dessa forma, a partir do que o professor já sabe/desconhece sobre o recurso da audiodescrição, começamos a planejar como será a organização dessa atividade didática: como deve ser a organização da sala de aula ou grupo, qual nível de materiais que devo produzir para apresentar e elucidar as dúvidas desses professores sobre o recurso, inclusive como poderei intervir durante/após a atividade.

O recurso seria testado em forma de um curso, na qual os professores serão certificados. A soma dessa certificação será feita desde a aplicação do questionário. O que pode totalizar uma certificação de 20 horas.

Com a tabulação dos dados feitas a partir do Excel ficou comprovado que os professores da sala de aula regular de ensino não conhecem a audiodescrição, como já mencionados anteriormente. Os únicos que já tinham ouvido falar, mas não sabiam como utilizar e nem do que se tratava eram os professores acompanhantes e os professores de apoio de alunos com deficiência visual.

A atividade didática foi elaborada para uma duração de 4 horas, nela abordaremos os princípios básicos da introdução a audiodescrição: O que é? Quando surgiu? Como chegou ao Brasil? Como utilizar na sala de aula? Importância do recurso na escola? Como descrever? Como construir um plano de aula adaptando os materiais didáticos com o recurso.

Levaremos para o local da oficina todos os equipamentos tecnológicos necessários para a realização do teste: aparelho de televisão, caixa de som, microfone, *notebooks* e data show.

A seguir apresentaremos o passo a passo da elaboração didática.

Primeiramente foi criado um plano de aula com o tema cenário para trabalhar as diferentes imagens e cenários do ambiente escolar com os professores, todo o plano de aula foi elaborado com a inclusão do recurso da audiodescrição. Antes da qualificação havíamos pensado em selecionar as imagens e fazer a audiodescrição das mesmas gravadas no *notebook*, mas como os professores não sabiam exatamente o que era o recurso foi preciso repensar a atividade. Pois como parte do curso precisaríamos apresentar a audiodescrição e a prática de descrever as imagens que seriam feitas pela mestrandia, foi repensada e elaborada para serem descritas pelos participantes do curso.

Assim, foi criada uma ficha roteiro de áudio-descrição para inserir as imagens e a descrição. Abaixo segue o modelo da ficha roteiro de áudio-descrição:

Para o preenchimento da ficha foi criado um guia de instruções informando como preenchê-la. O guia de instruções conta com uma breve apresentação da pesquisa e informações sobre o que seria o recurso da audiodescrição e o que preencher em cada lacuna em branco da ficha. Abaixo apresentamos o guia de instruções que foi impresso na parte de traz da ficha de roteiro de áudio-descrição:

GUIA DE INSTRUÇÕES DA FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO

Essa pesquisa de mestrado é intitulada: “Educação Arte e inclusão: audiodescrição como recurso artístico e pedagógico para inclusão de pessoas com deficiência visual” e tem por objetivo desenvolver tecnologia social por meio de produtos técnico-pedagógicos para contribuir na preparação dos sujeitos para recepção de eventos didáticos e artísticos mediada pela audiodescrição. Os dados coletados aqui serão utilizados apenas para essa pesquisa e os trabalhos resultantes dela. (os participantes não terão sua identidade revelada e os dados não serão repassados a terceiros).

AUDIODESCRIÇÃO: A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que traduz imagens em palavras. Amplia a compreensão das pessoas por meio da descrição clara e objetiva das informações visuais. É destinada a pessoas com deficientes visual, idosos, dislexia e normovisuais.

DISCIPLINA/ CURSO: A disciplina lecionada pelo professor cursista.

RESPONSÁVEL: Por o nome de quem está preenchendo a ficha.

IMAGEM: O nome da imagem. Nesse curso, as imagens já estão com os nomes.

TÍTULO DA IMAGEM: O nome da imagem.

DISPONÍVEL EM: Endereço eletrônico do qual foi retirada a imagem

NOTAS PROEMIAS: são orientações audiodescritivas globais que antecedem, mas não antecipam informações; que apresentam, mas não revelam a obra; e que instruem a áudio-descrição, sem adiantar aos usuários, aquilo que não está disponível aos espectadores normovisuais.

Ex: Para fazer as notas proemias é necessário pesquisar a imagem na qual vai descrever, buscando informações adicionais relevantes a serem antecipadas. De quem é a imagem, ou obra; se é um monumento, quando foi construído e com que finalidade; e por fim se a imagem é colorida ou preta e branca.

Figura 14: Guia de instruções da Ficha roteiro de audiodescrição.

A organização da guia de instruções da ficha de roteiro de áudio-descrição prezou por informações específicas de preenchimento e de fácil

compreensão, o objetivo da guia é elucidar todas as dúvidas de preenchimento para que o usuário compreendesse claramente as instruções.

Teste da atividade didática

O teste da atividade didática é uma das partes mais importantes da pesquisa. Com ele podemos testar um instrumento e em seguida analisar seus pontos positivos e seus pontos fracos e melhorá-los.

Assim, devido a dificuldades com o calendário escolar, paralisações, participação ativa dos professores, entre outros. Tivemos que oferecer o curso intitulado *como trabalhar com o áudio-descrição na sala de aula*: princípios básicos em dias e instituições diferentes: um curso foi realizado na Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé e o outro programado para acontecer na Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD, mas não foi realizado; ambos no período vespertino (13h às 17h).

Antes da realização do curso ligamos para os professores que responderam o questionário e pediram para ser avisados da data e horário do curso, dos 22 professores que colaboraram na resposta do questionário, todos confirmaram presença no curso que aconteceria na Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé, e além deles mais 08 professores foram convidados, pois como teria paralisação, os professores cursistas alegaram que não poderiam ir ao curso da FADIR por ser dia letivo/sábado. Portanto, nenhum confirmou presença no curso ofertado na FADIR.

O curso realizado na Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé contou com a presença de cinco professores, todos da Educação Especial que trabalham diretamente com alunos com deficiência visual e sistema braile. Destacamos que nenhum professor da sala de aula regular compareceu ao curso.

No curso ofertado na Faculdade de Direito e Relações Internacionais/UFGD, nenhum professor compareceu.

Sendo assim, apresentaremos como foi realizado o curso que aconteceu na escola Capilé. O curso foi dividido em sete partes e abordaram os seguintes conteúdos:

Parte 1 – Apresentação do projeto de mestrado, conceitos básicos, historicidade, profissional que faz e benefícios da audiodescrição. Como se faz a audiodescrição em vídeos e imagens estáticas e dinâmicas (nesse momento do curso exibimos um vídeo produzido pela página imagem na mente que aborda uma imagem com e sem audiodescrição)

Parte 2 – Nesse momento, distribuimos a primeira ficha roteiro de áudio-descrição com a imagem colorida de um cachorro e pedimos que os professores cursistas tentassem preenche-las de acordo com o guia de instruções. Percebemos que os mesmos, foram olhando o guia e preenchendo a ficha. A única dúvida questionada estava relacionada a questão de descrever a partir da opinião. Na ficha, deixamos 3 linhas para ser preenchida na parte de opinião; na 1ª áudio-descrição, deixamos cinco linhas para ser preenchidas e na 2ª áudio-descrição deixamos 3 linhas.

Essa questão relacionada ao número de linhas é para que os professores trabalhassem descrever as imagens de uma forma mais detalhada possível no início e no fim fossem mais objetivos na descrição. Abaixo em anexo a ficha de roteiro 1 para uma melhor compreensão:

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso:	Responsável:
Imagem: Animais	Título: Animais
Disponível em: https://pixabay.com/pt/pastor-alem%C3%A3o-c%C3%A3o-232393/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida,</p>	

utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i> . UFGD, 2017).
Opinião:
1ª Audiodescrição:
2ª Audiodescrição:

Figura 15: Ficha roteiro de áudio-descrição 1. Criada pelos autores.


Parte 3 – Na terceira parte foi distribuída uma nova ficha roteiro de áudio-descrição com outra imagem colorida de cachorro, mas essa segunda continha mais detalhes a serem descritos. Acreditamos que manter a descrição da imagem do mesmo animal facilitaria a compreensão do que é descrever e como descrever. Abaixo a ficha roteiro 2:

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso:	Responsável:
Imagem: Animais	Título: Animais
Disponível em: https://pixabay.com/pt/pastor-alem%C3%A3o-c%C3%A3o-232393/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
 <p>A white dog with floppy ears is sitting on a wooden bench. In front of it are several potted plants of various types. The background is dark and appears to be an outdoor setting with some posters or signs, one of which has the word 'EMCOR' visible.</p>	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	

Opinião:
1ª Audiodescrição:
2ª Audiodescrição:

Figura 16: Ficha roteiro de audiodescrição 2. Criada pelos autores.

Parte 04 – Nessa etapa do teste, as imagens selecionadas começam a ficar um pouco mais complexas, e como não tínhamos acesso a internet para pesquisar as imagens selecionadas, as professoras foram separadas em duplas para trocarem experiências e olhares sobre as imagens selecionadas e depois descrevessem. Cabe frisar, que as duplas não tiveram acesso as imagens distribuídas para as outras duplas, pois o objetivo dessa parte era descrever as imagens com a outra dupla de olhos vendados. As imagens selecionadas abordavam o tema cenário. Nessa etapa, as professoras cursistas teriam que descrever a imagem a partir da opinião e em seguida já descrever de forma mais objetiva (2ª descrição com 3 linhas). Abaixo destacamos a ficha roteiro 3 e 4:

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso:	Responsável:
Imagem: Emoções	Título: Meninos jogando bola
Disponível em: https://pixabay.com/pt/salto-a%C3%A7%C3%A3o-com-folga-a-atividade-1822412/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha de roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	

1ª Audiodescrição:
2ª Audiodescrição:

Figura 17: Ficha roteiro de audiodescrição 3. Criada pelos autores.

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso:	Responsável:
Imagem: Sala de aula	Título: Sala de aula
Disponível em: https://pixabay.com/pt/sala-de-aula-escola-educa%C3%A7%C3%A3o-2093743/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	

1ª Audiodescrição:
2ª Audiodescrição:

Figura 18: Ficha roteiro de audiodescrição 4. Criada pelos autores.

Parte 5 – Para finalizar a etapa da descrição de imagens do curso, as duplas foram trocadas e novamente foram entregues mais duas imagens, desta vez sem a preocupação com que uma não visse a da outra. Nessa etapa os professores cursistas teriam que estudar a imagem com sua colega e fazer a descrição na ficha roteiro e depois a locução em voz alta. As imagens não eram confidências para as duplas, o que importava era trabalhar a descrição (opinião e em seguida já descrever de forma mais objetiva (2ª descrição com 5 linhas) e depois trabalhar a locução. Abaixo destacamos a ficha roteiro 5 e 6:

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso:	Responsável:
Imagem: Escultura	Título: Mulheres
Disponível em: https://pixabay.com/pt/mulheres-stone-monumento-mulher-1637150/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	

2ª Audiodescrição:

Figura 19: Ficha roteiro de áudio-descrição 5. Criada pelos autores.

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso:	Responsável:
Imagem: Teatro	Título: Palco teatro
Disponível em: http://revistacarbono.com/artigos/04	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida,</p>	

utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha de roteiro de áudio-descrição</i> . UFGD, 2016).
2ª Audiodescrição:

Figura 20: Ficha roteiro de audiodescrição 6. Criada pelos autores.

Parte 6 – Para a realização dessa nova etapa, os professores cursistas tiveram que continuar em duplas e a partir das informações ensinadas no curso *como trabalhar com a audiodescrição na sala de aula*: princípios básicos, os mesmos tiveram que criar um plano de aula com o recurso da audiodescrição voltado para sala de aula comum. Segue em anexo na figura:

Ficha de Plano de Aula com audiodescrição	
Disciplina:	
Classe e Nível de Escolaridade:	
Tema da Aula:	
Data:	
Duração:	
Profa.	
	1. Apresentação
Objetivos:	
Conteúdos:	

Procedimentos Metodológicos:	
Recursos Materiais	
Critérios e Instrumentos de Avaliação:	
Bibliografia:	

Figura 21: Ficha de plano de aula com audiodescrição. Criada pelos autores.

Todos os materiais criados serão disponibilizados aos professores. Será criado um folder informativo sobre a audiodescrição e um manual com todos os dados será entregue para que os mesmos utilizem como base na criação de seus materiais didáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiodescrição é um importante recurso que traduz imagens em palavras e consideramos inquestionável a sua relevância para melhoria da qualidade de vida dos alunos com deficiência visual e dos normovisuais. No entanto, por falta de informação e divulgação, muitas pessoas desconhecem a palavra e a função da AD, inclusive o próprio deficiente visual.

Se a audiodescrição estivesse presente nas escolas, muitas barreiras poderiam ser minimizadas, principalmente as comunicacionais.

A partir do levantamento bibliográfico, notamos que muitos estudos sobre a audiodescrição estão voltados para a sua relação com o cinema/filmes; outra parte investiga esse recurso enquanto linguagem intersemiótica e uma parte menor aborda a sua relação com o teatro e a dança. Esse dado evidencia a falta de pesquisas que abordem a audiodescrição na escola, pois boa parte dos artigos encontrados apenas faz menção aos benefícios da AD na sala de aula. Não foi encontrado um único trabalho que tenha testado e aplicado a audiodescrição na sala de aula ou na escola, o que justifica a necessidade de mais pesquisas nessa área.

Com a pesquisa bibliográfica, percebemos que para os professores começarem a utilizar a audiodescrição como ferramenta pedagógica na sala de aula, eles não precisam necessariamente ser audiodescritores, basta ter conhecimento sobre o recurso ou fazer alguns cursos na área. Isso porque, com todo o estudo realizado, entendemos que a audiodescrição realizada na sala de aula não precisa ser a técnica, feita por um audiodescritor profissional, e sim uma audiodescrição que possua um vocabulário mais simples, diversificada e que atenda às necessidades dos alunos.

Através da pesquisa de mídias, verificamos que a audiodescrição está cada vez mais ganhando espaço nas redes de computação e que a maioria dos cursos ofertados sobre o recurso são em outros estados, semipresenciais e com custos bastante elevados. Sendo assim, o essencial seria que algumas instituições de ensino, como as Universidades, ofertassem cursos sobre

audiodescrição na sala de aula, o que cada vez mais está se tornando algo muito necessário em todos os âmbitos. Desse modo, falar de audiodescrição nos processos educacionais é importante para expandir esse campo de possibilidades.

O levantamento de dados dessa pesquisa, principalmente depois da análise dos questionários, mostrou que os professores da sala de aula comum desconhecem a audiodescrição, uma vez que dos 22 que responderam, somente os que fizeram especialização em Educação Especial já tinham ouvido falar, mas não sabiam como utilizar e nem do que se tratava. Este fato demonstra a necessidade de mais divulgação nos meios de comunicação, principalmente na televisão e nas escolas, sobre o que é audiodescrição, como utilizar e qual seu público-alvo.

Portanto, com os resultados obtidos, concluímos que a audiodescrição ainda não adentrou os muros das escolas, sobretudo no interior de Mato Grosso do Sul, mas não sendo muito diferente de outras localidades do interior do país.

Estes dados e informações nos levam à consideração de que, apesar de ser um importante recurso de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual, a audiodescrição permanece restrita a ícones desconhecidos no canto da tela da televisão, a eventos e espetáculos nas capitais e grandes cidades ou a debates de obrigatoriedade na legislação.

Consideramos também ser necessário e urgente inserir a audiodescrição nos espaços escolares, para que seja conhecida, e sua importância reconhecida, aprendida e ensinada como recurso didático, cultural, político e social.

Com a aplicação da atividade didática, averiguamos a necessidade de aproximação entre universidade/pesquisa e as escolas, pois a falta de aproximação entre essas duas instituições dificultou o desenvolvimento dessa pesquisa, tanto pelas condições adversas enfrentadas na decorrência da mesma (greve das escolas e da universidade), calendários de aula apertados e atrasados (aulas inclusive nos sábados) e professores que se recusam a participar das pesquisas acadêmicas.

Salientamos que os professores que se interessaram pelo curso de audiodescrição foram os que já trabalharam e trabalham com alunos com DV.

Essas situações fizeram com que as metas traçadas inicialmente fossem repensadas: no início da pesquisa buscamos recolher amostras de dados que fossem as mais diversas possíveis e de localidades diferentes na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul. No entanto, com as adversidades apresentadas acima, a estratégia passou a ser elaborar a pesquisa com professores que estivessem disposto a participar, o que fez com que colhêssemos dados em uma única escola, a qual reunia uma quantidade significativa de professores de diversas áreas.

Com isso, apresentamos a audiodescrição para os professores da rede de ensino de forma parcial. Pretendíamos ofertar o curso para dez docentes, porém com as paralisações e greves boa parte desses educadores não puderam comparecer ao curso por terem que repor aulas. Dessa forma, tivemos de ofertar o curso em dois dias diferentes.

Um foi realizado na Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé, em que compareceram cinco professores. O teste do material didático foi realizado de forma satisfatória apesar da quantidade de participantes ser pouca, todos participaram de forma proativa e envolvente.

O outro foi oferecido na Faculdade de Direito e Relações Internacionais/FADIR e não compareceu nenhum professor. O que fez questionar a falta de interesse dos demais professores a respeito desse recurso, será que não saber exatamente do que se tratava? Ou pelas datas serem datas nas quais eram dias letivos e os mesmos estariam lecionando? Ou talvez por ser um curso no qual não teve certificação? Muitas são as questões que precisam ser averiguadas e questionadas. Pois se os professores da sala de recurso conheciam mais ou menos o que seria a AD e os professores da sala comum desconheciam, nos faz refletir sobre uma falta de diálogo entre esses profissionais.

A avaliação do curso foi positiva, visto que o material didático apresentado foi bastante elogiado e utilizado no curso. O roteiro de imagem foi o material que os cursistas mais perguntaram quando estaria disponível para uso, pois os mesmos já queriam utilizá-los em suas aulas. Material que

julgaram muito útil para apoio a descrição de imagens a serem descritas. Ficaram bastante ansiosos quanto ao roteiro de filmes, pois muitos professores da sala comum utilizam de imagens e filmes para enriquecerem suas aulas e o roteiro para ambos seriam de grande auxílio para esses profissionais.

Para ambos os cursos foram preparados materiais didáticos com antecedência e levados todos os aparatos tecnológicos necessários (data show, notebook e caixinha de som).

Portanto, é preciso investir em cursos de formação para que esses professores estejam aptos a aplicar o recurso da AD na sala de aula, garantindo assim condições de aprendizagem igualitárias que expandam as oportunidades e o acesso à cidadania.

Este trabalho se debruçou a estudar sobre audiodescrição: Foram feitos levantamentos, leituras, análise sobre as diferentes vertentes da AD no Brasil e no exterior, assim como, mapeamentos sobre o que a legislação brasileira diz, pesquisamos de como anda a implementação desse recurso e como ter acesso à televisão. Estabelecemos uma relação sobre audiodescrição e tecnologia assistiva, audiodescrição e a educação e a audiodescrição nas escolas em Mato Grosso do Sul. Para finalizar, propomos uma atividade didática com audiodescrição para apresentar e ensinar os professores a utilizarem a audiodescrição na sala de aula. Consideramos essa etapa realizada de forma parcial pelas eventualidades ocorridas (greves das escolas e das universidades) o que ocasionou mudanças no calendário escolar e acadêmico e ainda, reposição de aula nos dias que foram ofertados os cursos.

A partir disso, fica o indicativo para as próximas pesquisas sobre a audiodescrição em avançar nessas atividades em melhores condições e multiplicar essas atividades para os demais professores. Também ofertar o curso em mais de um dia e sendo contínuo, pois devido a carga horária do curso (4 horas), os professores cursistas não tiveram tempo hábil para criarem um plano de aula com o recurso, fato que lamentamos.

As conclusões aqui apresentadas podem ser modificadas a partir do surgimento de novas tecnologias, práticas educacionais e pesquisas no campo da audiodescrição que visem uma inclusão na qual todos são beneficiados.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

ALVES, Soraya F.; TELES, Veryanne C.; PEREIRA, Tomás V. Propostas para um modelo brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais. In Revista Tradução e Comunicação. N. 22, 2011. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rtcom/article/view/3158>>. Acessado em: 18 de jan de 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15290*: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_17.pdf> Acesso em: 10 jan. 2017.

ARISTIA. *Audiodescripción*: breve historia. Disponível em <<http://www.audiodescripcion.com/brevehistoria.html>>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

BERSCH, Rita *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: Assistiva: tecnologia e educação, 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2017.

_____. *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em: <http://proeja.com/portal/images/semanaquimica/2011-10-19/tec_assistiva.pdf>. Acesso em 20 jan. 2017.

_____. *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: Assistiva: tecnologia e educação, 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998. Vol. 1.

BRASIL – Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Ata da VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT/Corde/SEDH/PR*, realizada em 13 e 14 de dezembro de 2007. [Brasília], 2007.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução Oficial/Brasil, Brasília: Presidência da República Secretaria Especial

dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Setembro/2007.

_____. Ministério das Comunicações. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2006. Disponível em: Acesso em: 19 jan. 2017.

_____. Portaria nº 661, de 14 de outubro de 2008. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 out. 2008a. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 jul. 2008b. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Portaria nº 403, de 27 de junho de 2008. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jun. 2008c. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DÉZINHO, Mariana. *Educação, inclusão e TIC's: avaliação da qualidade dos recursos de acessibilidade midiática na televisão brasileira – um estudo sobre legendas para pessoas com deficiência auditiva*. Dourados, MS: UFGD, 2016.

FARIAS, Sandra Regina Rosa. *Audiodescrição e a poética da linguagem cinematográfica: um estudo de caso do filme Atrás das nuvens*. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2013.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: um breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). *Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras*. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

_____. *A Importância da Pesquisa Acadêmica para o estabelecimento de normas da audiodescrição no Brasil*. In: Revista Brasileira de Tradução Visual. Ano1 - Vol.3 - Jun 2010 / Set 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/issue/view/4>> Acesso em: 09 nov. 2016.

GUIDANCE ON STANDARDS FOR AUDIO DESCRIPTION. Disponível em <http://www.ofcom.org.uk/static/archive/itc/itc_publications/codes_guidance/audio_description/introduction.asp.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

HAASE, Catherine. *A inclusão social e as mediações na recepção da comunicação mercadológica televisiva por pessoas com deficiência visual*. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, 2014.

FERREIRO, Emilia. *Diversidad y proceso de alfabetización: de la celebración a la toma de conciencia*. En Pasado y presente de los verbos leer y escribir. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

LIMA, Francisco José; LIMA, Rosângela Aparecida Ferreira.; VIEIRA, Paulo. Traço de União da Áudio-descrição Versos e Controvérsias. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*. Ano1 - Vol.3 - Jun 2010 / Set 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/issue/view/8>> Acesso em: 09 jan. 2017.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica – 5ª Edição*. São Paulo; Atlas, 2003.

MIANES, Felipe Leão. *Marcas de identificação em narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2015.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. *Audiodescrição na Escola: Abrindo Caminhos para Leitura de Mundo*. NGIME. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. MG. 2015.

_____. *Aprendendo a ensinar Inglês para alunos cegos e com baixa visão – um estudo na perspectiva da Teoria da Atividade*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – LAEL, PUC-SP, São Paulo, 2004.

_____. Audiodescrição vai à Ópera. In: MOTTA, L. M. V.; ROMEU FILHO, P. (orgs.) *Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

_____. Blog da audiodescrição. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2011/02/livia-motta-apresenta-seu-siteblog.html>> . Acesso em: 09 de janeiro de 2017.

MUELLER, Claus. *The politics of communication: a study in the political sociology of language, socialization, and legitimation*. New York: Oxford University Press, 1973.

NEVES, Josélia. *Imagens que se Ouvem*. Guia de Audiodescrição. Instituto Politécnico de Leiria. Leiria. Portugal. 2011.

NÓBREGA, Andreza. *Caminhos para a inclusão: uma reflexão sobre áudio-descrição no teatro infante juvenil*. Dissertação mestrado em educação. UFPE, 2012.

NUNES, Elton Vergara; DANDOLINI, Gertrudes; SOUZA, João Arthur de; VANZIN, Tarcísio. Mídias do conhecimento: um retrato da audiodescrição no Brasil. DataGramZero. Revista de Ciência da Informação, v.11, n.6, art. 5. Janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez10/Art_05.htm>.

ONU, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

SÁ, Elizabet Dias. CAMPOS, Izilda Maria de. SILVA, Myriam Beatriz Campolina. *Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

PENA, Mônica dos Anjos Lacerda; FERREIRA, Fábio Félix. *O direito dos deficientes visuais à audiodescrição*. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/1728/1591>> Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

PINOTTI, José Luiz. *Comunicação e audiodescrição: estudos contemporâneos*. Dissertação de mestrado comunicação e cultura. Universidade de Sorocaba, 2014.

SALWAY, Andrew. A corpus-based analysis of the language of Audio description. In: DIAZCINTAS, Jorge; ORERO, Pilar; REMAEL, Aline (org.). *Media for all: subtitling for the deaf, audio description and sign language*. Amsterdam: Rodopi, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Por que o nome "Tecnologia Assistiva"? In: ____ *Assistiva: tecnologia e educação*. Porto Alegre, 1996. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#porque>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. *Terminologia sobre deficiência na era da inclusão*. 2002. Disponível em <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=7483>. Acessado em jan. 2017.

SANCHES, Oscar Adolfo. *Governo Eletrônico no Estado de São Paulo*. São Paulo: Série Didática n. 7. 2003.

SNYDER, Joel. Audiodescription – the visual made verbal. In: CINTAS, Jorge Díaz. (ed.) *The didactics of audiovisual translation*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.

TELES, Veryanne Couto. *Audiodescrição do filme a mulher invisível: uma proposta de tradução à luz da estética cinematográfica e da semiótica*. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2014.

VERGARA-NUNES, Elton. *Audiodescrição didática*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, SC, 2016.

VIEIRA Paulo André de Melo, LIMA, Francisco José de. *A teoria na prática: áudio descrição, uma inovação no material didático*. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/download/27/20>>, acesso em: 15 abr. 2016.


APÊNDICES

APÊNDICE A- Exemplos de instrumentos preenchidos. Ficha de roteiro 1.

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso: <i>Pedagogia / E.F.</i>	Responsável:
Imagem: Animais	Título: Animais
Disponível em: https://pixabay.com/pt/pastor-alem%C3%A3o-c%C3%A3o-232393/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2017).</p>	
<p>Opinião: <i>Um lindo cachorro pastor alemão, com olhos brilhantes e muito bem tratado. Está a frente de muitas flores brancas.</i></p>	

1ª Audiodescrição: Um cachorro pequeno na rua de uma mata com flores brancas a sua volta. A imagem é colorida
2ª Audiodescrição: Um cachorro grande de cor preta com briga, parada e sentada e com olhos fixos e língua de fora.

APÊNDICE B- Exemplos de instrumentos preenchidos. Ficha de roteiro 2.

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso: <i>Biologia</i>	Responsável:
Imagem: Animais	Título: Animais
Disponível em: https://pixabay.com/pt/pastor-alem%C3%A3o-c%C3%A3o-232393/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	
<p>Opinião: <i>Um cachorro branco no centro, ao lado vaso de plantas, ao fundo um calendário de parede. O cachorro está com aparência de triste, orelhas baixas e debruçado em uma estrutura de madeira.</i></p>	
<p>1ª Audiodescrição: <i>Um cachorro branco, orelhas baixas, debruçado em uma estrutura de madeira que serve de apoio para quatro vasos de plantas, dois a direita e dois a esquerda, ao fundo, um calendário de parede.</i></p>	

2ª Audiodescrição: Um cachorro branco no centro raças velhas com flores ao lado direito e esquerdo; um calendário de parede no fundo.

APÊNDICE C- Exemplos de instrumentos preenchidos. Ficha de roteiro 4.

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso: <i>Letras / EE</i>	Responsável:
Imagem: Sala de aula	Título: Sala de aula
Disponível em: https://pixabay.com/pt/sala-de-aula-escola-educa%C3%A7%C3%A3o-2093743/	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	
<p>1ª Audiodescrição: <i>Imagem colorida de uma sala de aula. Ao fundo a lousa verde, as carteiras vazias brancas e pretas do lado direito.</i></p>	

2ª Audiodescrição:

Foto colorida de uma sala de aula, com carteiras vazias no primeiro plano, com enorme quadro verde ao frente à direita sem enorme vitas, sala ampla e bem iluminada

APÊNDICE D- Exemplos de instrumentos preenchidos. Ficha de roteiro 6

FICHA ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO	
Disciplina/Curso: <i>Educação Física</i>	Responsável:
Imagem: Teatro	Título: Palco teatro
Disponível em: http://revistacarbono.com/artigos/04	
Orientações para locução:	
Roteiro para locução	
Notas proemias:	
	
<p>Atenção: A ficha é elaboração de propriedade intelectual da Dissertação de mestrado da acadêmica Marielle Duarte Carvalho, que poderá ser reproduzida, utilizada ou adaptada desde que citada à fonte. (CARVALHO, Marielle Duarte; SANTOS, Reinaldo dos. <i>Ficha de roteiro de áudio-descrição</i>. UFGD, 2016).</p>	
<p>2ª Audiodescrição: <i>Foto tirada do fundo de um teatro. Com primeiros planos várias poltronas. No palco, três cadeiras de madeira posicionadas lado a lado de frente para o público. Há também três suportes com microfones, na lateral direita, uma caixa de som sobre um suporte virado para frente e um holofote virado para as cadeiras...</i></p>	